

**TÉCNICO LEGISLATIVO – POLICIAL LEGISLATIVO FEDERAL
(PRÉ-EDITAL)**

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

- o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova, é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e siga atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2510273737M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Câmara dos Deputados
CD

CARGO:

Técnico Legislativo – Policial Legislativo Federal

MODELO/BANCA:

FGV - Fundação Getúlio Vargas

EDITAL:

Pré-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

11/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

10/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - 2º SIMULADO - TÉCNICO LEGISLATIVO - POLICIAL LEGISLATIVO FEDERAL (PRÉ-EDITAL)

Língua Portuguesa Fidelis Almeida

1

“A cavalo dado não se olham os dentes.”

Assinale a opção que explica corretamente o significado do provérbio popular.

- (A) A expressão indica que não se deve exigir perfeição ou criticar aquilo que foi obtido sem esforço próprio.
- (B) O provérbio recomenda a cautela ao aceitar presentes, já que podem conter intenções ocultas.
- (C) Trata-se de um alerta sobre o valor simbólico do gesto de presentear, maior que o valor real do que se recebe.
- (D) A frase sugere que é mais educado aceitar algo sem verificar sua real qualidade ou utilidade.
- (E) O provérbio enfatiza que gratidão é mais importante do que a análise daquilo que se recebe.

2

Em todas as opções abaixo é extraída uma informação implícita, chamada inferência. Assinale a opção em que a inferência é adequada à frase.

- (A) O palestrante testou o microfone oito vezes antes de começar a falar. / Ele queria garantir que todos o ouvissem claramente.
- (B) A cientista retirou seu nome do artigo, embora a descoberta tivesse sido baseada em seu experimento. / Ela discordava das conclusões publicadas no texto final.
- (C) O professor interrompeu a explicação assim que viu os alunos se dispersarem. / Ele se sentiu desrespeitado com a atitude dos alunos.
- (D) Ao ver o portão da casa entreaberto, Pedro entrou sem bater. / As pessoas da casa o conheciam.
- (E) Maria relutou em apertar o botão, mesmo após as instruções terem sido dadas três vezes. / Ela não havia entendido corretamente o que fazer.

3

Leia o excerto a seguir, de *Os Sertões*, do grande escritor brasileiro Euclides da Cunha.

“O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. [...]

Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude. Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude. Nada é mais surpreendedor do que vê-lo desaparecer de improviso. Naquela organização combalida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se.”

A descrição no texto tem função essencialmente

- (A) metafórica.
- (B) argumentativa.
- (C) estética.
- (D) expositiva.
- (E) identitária.

4

As frases a seguir são de autoria do escritor Millôr Fernandes.

Assinale aquela que remete a uma citação bastante conhecida.

- (A) “Desconfio de todo idealista que lucra com seu ideal.”
- (B) “Como são admiráveis as pessoas que não conhecemos muito bem.”
- (C) “Democracia é quando eu mando em você, ditadura é quando você manda em mim.”
- (D) “Acabar com a corrupção é o objetivo supremo de quem ainda não chegou ao poder.”
- (E) “Em política nada se perde e nada se transforma – tudo se corrompe.”

5

Assinale a frase que indica corretamente a função da linguagem predominante.

- (A) Se eu pudesse, colocaria em palavras o peso das coisas não ditas. / poética
- (B) Caso esteja com febre alta, procure o posto de saúde mais próximo. / referencial
- (C) Lembre-se de que é necessário validar seu cadastro antes de acessar o sistema. / emotiva
- (D) “A vida é um sopro” – dizia ele, soprando a poeira dos próprios fracassos. / apelativa
- (E) O verbo *desejar*, na construção, opera como núcleo da predicação verbal. / metalinguística

6

Assinale a opção em que todos os vocábulos estão corretamente grafados segundo as normas do emprego de hífen do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

- (A) hiperatividade, subdesenvolvido
- (B) extraescolar, mal-criado
- (C) anti-racismo, vice-presidente
- (D) autocontrole, recém casado
- (E) semi-círculo, coorganizador

7

Assinale a frase em que a concordância verbal está correta.

- (A) Harmonia e sossego é o maior tesouro que todos deveríamos cultivar diariamente.
- (B) Dez páginas são pouco para entender toda a matéria do edital.
- (C) Carla ou Renata serão a palestrante principal do congresso internacional.
- (D) Deve ter se passado muitos meses desde a última atualização do sistema.
- (E) Nenhum de nós iremos ao festival de balões da prefeitura.

8

Assinale a frase em que os termos sublinhados exemplificam a figura de linguagem denominada antítese.

- (A) Sua generosidade era silenciosa, mas o egoísmo dos outros fazia barulho.
- (B) A fragilidade de sua voz contrastava com a dureza do seu olhar.
- (C) Seu orgulho impediu qualquer gesto de humildade.
- (D) Vivia entre o instinto que impulsionava e a razão que ponderava.
- (E) O esquecimento veio rápido, embora ela se agarrasse ao abrigo da memória.

9

Assinale a frase em que o sinal de crase foi corretamente empregado nas duas ocorrências.

- (A) Em razão da resistência à todas as propostas de reforma curricular, especialistas recomendam atentar-se à nova realidade pedagógica.
- (B) A contribuição de atividades extracurriculares à formação dos alunos é inquestionável, além de oferecer suporte à comunidades escolares desfavorecidas.
- (C) No que diz respeito às questões éticas no ambiente acadêmico, é vital que as decisões institucionais sejam tomadas à luz dos princípios que regem a educação pública.
- (D) Para não trazer atrasos à educação, é essencial que os educadores se dediquem à alguma promoção da inclusão.
- (E) A ampliação do acesso à internet nas escolas une teoria à prática no ambiente pedagógico da era moderna.

10

As opções abaixo apresentam expressões latinas com seu significado indicado.

Assinale a expressão cujo significado foi indicado **incorretamente**.

- (A) *Exempli gratia* – por exemplo.
- (B) *Lato sensu* – em sentido amplo.
- (C) *Ad hoc* – para este fim específico.
- (D) *Ceteris paribus* – sem levar em conta fatores externos.
- (E) *Hic et nunc* – aqui e agora.

11

Assinale a opção em que o fragmento textual corresponde ao tipo textual indicado.

- (A) Mais do que uma escolha alimentar, optar pela agricultura familiar é fortalecer o Brasil que trabalha com as próprias mãos. Valorize quem produz com dignidade. / propagandístico
- (B) Com a nova linha MaxClean, você não limpa apenas a casa: você transforma o ambiente num espaço de bem-estar e harmonia. MaxClean: eficiência que inspira. / informativo
- (C) Os candidatos deverão apresentar original e cópia do documento de identidade, sob pena de eliminação do certame. / didático
- (D) O Instituto Nacional de Meteorologia alerta que a frente fria deve avançar até a madrugada de sábado, podendo ocasionar queda de temperatura e chuvas isoladas. / divinatório
- (E) O ciclo da água compreende quatro etapas principais: evaporação, condensação, precipitação e infiltração. Cada fase é fundamental para a renovação dos recursos hídricos. / normativo

12

A preposição COM, assim como outras preposições, pode ter valor gramatical, quando é exigida por um termo anterior, ou valor semântico, quando contribui com um significado específico para o enunciado.

Assinale a opção em que a preposição COM tem valor gramatical, sendo exigida por outra palavra.

- (A) Ele falava com entusiasmo sempre que narrava suas viagens pelo interior do país.
- (B) Preocupe-se com o essencial e deixe de lado o que só ocupa espaço na mente.
- (C) A casa foi decorada com flores brancas e objetos antigos.
- (D) Com a dedicação, o atleta superou todas as expectativas.
- (E) Gostamos de trabalhar com Marina em razão de sua paciência.

13

Assinale a alternativa em que a colocação pronominal é correta.

- (A) A amizade é o sentimento mais sincero entre as pessoas, se tornando a ligação mais buscada em tempos de solidão.
- (B) Nos encontros culturais, em que ensinar-se-iam tradições populares, valorizavam-se os costumes antigos.
- (C) Na educação, preservariam-se princípios éticos, fortalecendo valores e atitudes humanas.
- (D) Certos manuais escolares representavam-nos como passivos e inferiores, o que reforça estereótipos coloniais.
- (E) O fracasso das ideias antigas agora lhe tem dado uma nova visão crítica sobre o mundo moderno.

14

“A verdadeira amizade é aquela que nos permite falar, ao amigo, de todos os seus defeitos e de todas as nossas qualidades.”

A partir da frase do escritor Millôr Fernandes, é adequado entender que

- (A) a amizade genuína se baseia na liberdade mútua de expressão, em que amigos podem se criticar e se elogiar sem medo de ofensa.
- (B) a verdadeira amizade é aquela em que a sinceridade é absoluta, permitindo uma comunicação transparente e equilibrada.
- (C) ela apresenta ironia ao chamar de “verdadeira” a amizade que permite depreciar o outro e exaltar a si mesmo.
- (D) ela expressa uma visão idealista de amizade, que se constrói sobre a confiança e o reconhecimento recíproco das imperfeições.
- (E) a ideia central é a de que a amizade autêntica sobrevive apenas quando há sinceridade total, mesmo que isso revele vaidade ou superioridade moral.

15

Assinale a frase interrogativa que apresenta uma argumentação implícita.

- (A) Você pode parar de mexer no celular agora, por favor?
- (B) Já não ficou claro quem está errado nessa história?
- (C) E se a gente saísse um pouco para espairecer?
- (D) É realmente tratar do mesmo jeito quem se esforça e quem não faz nada?
- (E) Por que será que chegar atrasado todo santo dia é demonstração de compromisso?

16

Assinale a frase cuja pontuação é inteiramente correta.

- (A) Pode ser verdade: nos dias de cansaço, observar as nuvens durante o entardecer pode ser terapêutico.
- (B) Diante disso, sempre que a dúvida persiste o desejo por certezas se torna uma ânsia quase insuportável.
- (C) O autor sugere que no lugar de combater as falhas humanas, deveríamos, quem sabe, acolhê-las como parte da condição que nos torna conscientes.
- (D) Quem dera então, o senso de pertencimento fosse, talvez, um impulso natural entre estranhos.
- (E) Jamais cale suas dúvidas: afinal de tudo, questionar, simboliza a quebra do ciclo confortável da ignorância.

17

Leia o seguinte anúncio fictício, veiculado nas redes sociais:

Se você leu até aqui, já provou que sabe prestar atenção. Agora use esse talento para mudar o mundo, ou pelo menos para começar o curso de leitura crítica que começa amanhã. Inscreva-se!

Considerando os elementos da comunicação presentes no enunciado acima, assinale a opção em que a análise está correta.

- (A) O código é a capacidade de leitura crítica que o texto propõe desenvolver, já que ele é o conteúdo central da mensagem.
- (B) O canal é a internet, mas o enunciador não é identificável, o que impede a caracterização do emissor.
- (C) O referente é a situação de divulgação do curso de leitura crítica, o que dá sentido à mensagem e permite ao leitor compreender seu propósito.
- (D) O receptor é qualquer pessoa com acesso à internet, pois a mensagem não se dirige a um público específico.
- (E) A mensagem busca persuadir o leitor utilizando-se de uma metalinguagem, já que o texto fala sobre o próprio processo de leitura.

18

Assinale a frase que não apresenta nenhum traço de linguagem coloquial.

- (A) A ferramenta que eu preciso dela exige responsabilidade para ser utilizada.
- (B) Agente precisa aprender a ouvir mais antes de reagir.
- (C) O vendedor anunciou que venderia camisas de todos os tipos por dez reais cada.
- (D) Disseram-se que naquela sala teria uma palestra sobre educação.
- (E) Depois da alegre notícia, sentei no banco e fiquei esperando.

19

“A ideologia é o caminho mais longo entre o projeto e a sua realização.”

Com essa frase, o autor

- (A) critica as ideologias por considerá-las desnecessárias à execução de planos.
- (B) sugere que a ideologia retarda a execução prática de objetivos, ao impor filtros à ação.
- (C) propõe que a ideologia é um mecanismo necessário para garantir que a realização de um projeto seja alcançada.
- (D) defende que todo projeto baseado em ideologia está fadado ao fracasso, uma vez que a ideologia se opõe à eficiência.
- (E) entende que a realização prática de qualquer projeto exige a negação total da ideologia.

20

Assinale a opção que apresenta o uso de discurso indireto.

- (A) Disse-me que os caminhos mais curtos, embora tentadores, nem sempre conduzem ao destino mais sábio.
- (B) “Quem precisa de certezas não está pronto para aprender”, declara o autor, enquanto caminha entre os estandes da feira literária.
- (C) Ao final do debate, o professor sorriu e afirmou diante da plateia: “O silêncio, às vezes, é a resposta mais eloquente.”
- (D) A filósofa ponderou mais uma vez na discussão: “O mundo muda quando mudamos a forma de vê-lo.”
- (E) Durante a reunião, o gerente interrompeu o relatório e exclamou: “Já não é mais possível ignorar esses dados!”

21

Assinale a frase que exibe coerência em sua formulação.

- (A) Mesmo sendo promovida, sentia-se insegura quanto à capacidade de liderar a equipe.
- (B) O juiz considerou inocente o réu, mas apontou provas suficientes para a condenação.
- (C) Embora o curso seja online, haverá aula presencial às quartas-feiras.
- (D) A meta do governo é diminuir os impostos sem reduzir a arrecadação.
- (E) O diálogo só será produtivo se um dos lados aceitar as exigências do outro.

22

Assinale a opção em que as palavras seguem a correção gramatical quanto ao emprego do acento gráfico.

- (A) juiz, impudico
- (B) hieroglifo, idéia
- (C) refrego, hífens
- (D) íterim, gratuito
- (E) nobel, filântropo

23

Um certo pensador contemporâneo disse:

Poucas coisas resistem tanto quanto a ideia que temos de nós mesmos. Nem mesmo o tempo, com sua perícia em desfazer rostos e rotinas, consegue apagar por completo o retrato que fixamos no espelho da memória. Há pessoas que se veem como jovens aos oitenta — e outras que se sentem velhas aos vinte.

Entre as afirmações abaixo, assinale aquela que é defendida pelo autor.

- (A) A memória biográfica tende a preservar o passado como ele foi, resistindo à corrosão do tempo e ao esquecimento involuntário.
- (B) A identidade pessoal é determinada principalmente pela aparência física, que se altera com o tempo.
- (C) A autopercepção é subjetiva e pode entrar em desacordo com o tempo cronológico e os sinais exteriores de envelhecimento.
- (D) A passagem do tempo é absolutamente eficaz em transformar tanto a aparência quanto a essência do indivíduo.
- (E) A juventude é uma condição existencial que depende da idade real e do reconhecimento social, não da percepção interna.

24

As frases abaixo trazem orações adjetivas.

Assinale a frase em que a transformação da oração adjetiva em um adjetivo foi realizada de maneira adequada.

- (A) A atitude que transgride as regras sociais costuma ser punida. / ilegal.
- (B) As políticas que negligenciam a diversidade tendem a ser rejeitadas. / discriminatórias
- (C) As palavras que não correspondem aos fatos enfraquecem o discurso. / mentirosas

As decisões que ignoram os contextos culturais tendem ao fracasso. / insensíveis.

- (D) Os argumentos que revelam falácias não convencem os mais atentos. / inválidos.
- (E) As reações que extrapolam o controle racional podem ser prejudiciais. / impulsivas.

25

Em todos os argumentos a seguir ocorre a presença de uma falácia lógica. Assinale a opção em que a falácia está corretamente identificada.

- (A) A opinião daquele pesquisador sobre os riscos da automedicação é irrelevante, pois ele já foi patrocinado por uma indústria farmacêutica. / Comete-se ataque pessoal, desqualificando o argumento pelo suposto conflito de interesses.
- (B) Comecei a meditar toda manhã e desde então minhas dores nas costas desapareceram. A meditação certamente curou minhas dores. / Apresenta-se uma generalização apressada, tirando-se conclusões amplas a partir de poucos casos.
- (C) Se permitirmos que alunos usem celular em sala, logo ninguém mais prestará atenção às aulas e a educação entrará em colapso. / Apela-se a uma indução falsa.
- (D) Os especialistas afirmam que os alimentos ultraprocessados fazem mal à saúde, mas não devemos confiar neles: no passado, disseram que ovos eram vilões. / Assume-se a conclusão na premissa.
- (E) Você é contra o ensino domiciliar? Então você acha que o Estado deve controlar todas as decisões que os pais tomam sobre seus filhos. / Apresenta-se um falso dilema, indicando-se apenas duas opções extremas.

26

Assinale a alternativa em que a conjunção “se” não apresenta valor de condição.

- (A) Se a empresa reduzir a jornada, os funcionários poderão ter mais qualidade de vida.
- (B) Se o medicamento fosse eficaz, os sintomas já teriam diminuído.
- (D) Se o artista pintar com regularidade, seu traço se aperfeiçoará com o tempo.
- (D) Se o investimento for aprovado, o projeto poderá iniciar no próximo semestre.
- (E) Se ele está com tanta pressa, por que não saiu mais cedo de casa?

27

Entre as frases abaixo, assinale aquela que identifica corretamente a relação semântica entre os segmentos.

- (A) O atleta é veloz, / e não consegue ultrapassar seus próprios limites. / adição
- (B) À medida que o dia escurece, / as luzes da cidade se acendem. / conformidade
- (C) Mesmo que o trânsito esteja intenso, / é possível chegar pontualmente. / condição
- (D) Mal sou o despertador, / ela levantou-se de um salto. / tempo
- (E) Quanto mais estudamos, / menos parece que dominamos o conteúdo. / consequência

28

O modo subjuntivo é tradicionalmente empregado para expressar ações hipotéticas. Isso não ocorre em:

- (A) Ainda que o clima mude repentinamente, manteremos a programação prevista para o evento.
- (B) Se o aluno estudasse com regularidade, obteria melhores resultados nas provas.
- (C) Quando fores a uma entrevista, demonstre confiança e clareza nas respostas.
- (D) Embora compreenda as críticas recebidas, ele mantém sua posição com firmeza.
- (E) É provável que os investidores acreditem na recuperação econômica do país.

29

O filósofo Nietzsche declarou:

“O que alguém é começa a se revelar quando o seu talento declina – quando ele cessa de mostrar o quanto pode. O talento é também um ornamento; um ornamento é também um esconderijo.”

Sobre a significação e a estruturação desse texto, assinale a opção correta.

- (A) O primeiro período exprime a ideia de que o talento se torna inútil com o tempo, revelando o fracasso inevitável da personalidade.
- (B) A oposição entre “ornamento” e “esconderijo” evidencia que o talento pode ser um obstáculo ao reconhecimento das virtudes mais profundas.
- (C) O uso da forma verbal “cessa” no primeiro período indica que o talento pode ser voluntariamente abandonado como escolha ética.
- (D) O pensamento de Nietzsche se volta exclusivamente à crítica da vaidade estética, sugerindo que o talento é sempre um artifício de aparência.
- (E) O segundo período mostra uma construção circular, em que um termo remete ao outro e reforça a ideia de que o talento pode disfarçar a essência de alguém.

30

Segundo o gramático Celso Cunha, os adjetivos podem expressar características, qualidades, relações ou estados.

Assinale a frase em que o adjetivo destacado não exprime relação.

- (A) O relatório financeiro apontou riscos importantes para o próximo trimestre.
- (B) A perícia contábil revelou inconsistências nos registros da empresa.
- (C) A documentação médica comprova a necessidade do afastamento.
- (D) A praia estava linda, com águas cristalinas e brisa suave.
- (E) A inspeção escolar resultou em recomendações para melhorias pedagógicas.

Direito Constitucional

Rafael de Oliveira

31

O art. 1º da Constituição Federal dispõe que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Com base nesse dispositivo e em sua interpretação constitucional, analise as assertivas abaixo:

- I – A soberania consiste na independência do Estado brasileiro no cenário internacional e na supremacia do poder estatal dentro do seu território.
- II – A cidadania, como fundamento da República, traz o exercício dos direitos e deveres políticos, civis e sociais, sendo elemento essencial para a concretização do Estado Democrático de Direito.
- III – A dignidade da pessoa humana constitui o núcleo axiológico da Constituição, funcionando como vetor de interpretação de todo o sistema jurídico e fundamento da República.
- IV – Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa consagram a dimensão econômica e social do Estado brasileiro, compatibilizando o capitalismo com a justiça social.
- V – O pluralismo político assegura a coexistência de diversas correntes ideológicas e partidárias, sendo vedada a criação de partidos com ideologia diversa da adotada pelo governo eleito, para garantir a estabilidade institucional.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

32

Durante uma crise política, um grupo de parlamentares propõe a edição de uma emenda constitucional que permitiria ao Presidente da República prorrogar o próprio mandato por mais dois anos, sob o argumento de que a medida garantiria a estabilidade institucional e a continuidade das políticas públicas em curso. Além disso, o mesmo grupo apresenta projeto de lei que restringe a criação de novos partidos políticos e limita manifestações contrárias ao governo, justificando que tais medidas seriam necessárias para “proteger a ordem e a soberania nacional”.

Considerando o disposto no art. 1º da Constituição Federal, que define os fundamentos da República Federativa do Brasil, e o parágrafo único do mesmo artigo, que trata da titularidade do poder, analise as assertivas a seguir:

- I – A proposta de prorrogação do mandato presidencial afronta o princípio da soberania popular, pois o poder político emana do povo, que o exerce por meio do voto e não pode ser usurpado.
- II – A restrição à criação de novos partidos e às manifestações críticas viola o princípio do pluralismo político, um dos fundamentos da República e elemento essencial do Estado Democrático de Direito.
- III – A justificativa de “defesa da ordem” e “estabilidade” é compatível com o Estado Democrático de Direito, pois o interesse coletivo autoriza o afastamento temporário de garantias políticas e da livre manifestação de pensamento.
- IV – O projeto também fere o princípio da dignidade da pessoa humana, ao reduzir o espaço de liberdade e participação cidadã, valores inerentes à condição de sujeito de direitos.
- V – A soberania, enquanto fundamento da República, deve ser entendida como poder absoluto do governante, podendo este, em situações excepcionais, restringir direitos fundamentais para assegurar a continuidade do Estado.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- (D) Todas as assertivas estão corretas.
- (E) Apenas as assertivas I e II estão incorretas.

33

O art. 3º da Constituição Federal de 1988 elenca os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que expressam finalidades permanentes do Estado e orientam a atuação dos poderes públicos e da sociedade. Tais objetivos constituem mandamentos de otimização que direcionam políticas públicas e interpretam os direitos fundamentais.

Com base nesse dispositivo constitucional, assinale a alternativa correta.

- (A) Os objetivos fundamentais previstos no art. 3º da Constituição têm natureza programática e sua eficácia depende de regulamentação infraconstitucional para produzir efeitos jurídicos.
- (B) Dentre os objetivos fundamentais da República, inclui-se o dever de promover o bem de todos, admitindo-se discriminações positivas quando necessárias para reduzir desigualdades e concretizar a justiça social.
- (C) A erradicação da pobreza e a redução das desigualdades regionais constituem diretrizes de governo, sem natureza jurídica vinculante, sendo metas apenas de caráter político e não constitucional.
- (D) A promoção do desenvolvimento nacional prevista no art. 3º, II, da CF, limita-se ao crescimento econômico, sem abranger aspectos sociais, culturais e ambientais.
- (E) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária tem caráter declaratório, não vinculando os poderes públicos à formulação de políticas públicas voltadas à inclusão social.

34

O art. 5º, inciso V, da Constituição Federal assegura a todos o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem. Tal dispositivo busca equilibrar o exercício da liberdade de expressão com a tutela da dignidade e da honra das pessoas.

Com base nesse preceito constitucional e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de resposta tem natureza apenas civil e depende de prévia condenação penal do ofensor para ser exercido.
- (B) O direito de resposta configura sanção de natureza política, aplicável exclusivamente aos veículos de comunicação públicos, quando violarem o dever de imparcialidade.
- (C) O direito de resposta é autônomo e cumulável com eventual indenização por danos morais, materiais ou à imagem, devendo sempre observar a proporcionalidade em relação ao agravo sofrido.

(D) O direito de resposta restringe-se às ofensas proferidas pela imprensa escrita, não sendo aplicável a conteúdos veiculados em rádio, televisão ou meios digitais.

(E) A Constituição assegura o direito de resposta, mas sua aplicação depende de regulamentação específica para ser exigível judicialmente, inexistindo eficácia imediata do dispositivo.

35

Rogério, servidor público federal, é adepto de uma religião que proíbe a manipulação de armas e o serviço militar. Ao ser convocado para participar de um curso obrigatório de capacitação em segurança institucional — que incluía treinamento com armamento —, Rogério se recusou a participar, alegando objeção de consciência com base em suas convicções religiosas. A Administração instaurou processo disciplinar e aplicou-lhe a pena de suspensão, argumentando que nenhum servidor poderia recusar cumprimento de dever funcional.

Inconformado, Rogério impetrou mandado de segurança, sustentando que sua punição violou o direito fundamental à liberdade de crença, assegurado no art. 5º, VIII, da Constituição Federal.

Com base na situação hipotética apresentada e no texto constitucional, assinale a alternativa correta.

- (A) Rogério está equivocado, pois o direito à liberdade de crença não autoriza descumprir qualquer obrigação legal, ainda que por motivo religioso, devendo prevalecer o princípio da supremacia do interesse público.
- (B) Rogério tem razão, pois o Estado deve respeitar integralmente sua convicção religiosa, não podendo exigir o cumprimento de obrigações legais que contrariem suas crenças.
- (C) Rogério somente poderia ser dispensado da obrigação se houvesse previsão expressa de prestação alternativa em lei, aplicável à situação concreta, sob pena de violação ao art. 5º, VIII, da CF.
- (D) Rogério não pode invocar objeção de consciência por motivo religioso, uma vez que esse direito é restrito apenas às convicções filosóficas e políticas, não às de natureza espiritual.
- (E) Rogério tem direito à isenção total de qualquer sanção administrativa, ainda que não exista lei prevendo alternativa para o cumprimento da obrigação imposta.

36

Durante a investigação de um crime de tráfico de drogas, policiais civis receberam denúncia anônima de que Lucas mantinha entorpecentes em sua residência. Sem mandado judicial, os agentes dirigiram-se ao local e, ao perceberem que o suspeito correu para dentro da casa, decidiram entrar imediatamente, alegando “fundadas suspeitas” de crime em andamento. No interior da residência, encontraram drogas e armas. Lucas foi preso em flagrante e sua defesa alegou nulidade das provas, sustentando violação ao domicílio.

Considerando o disposto no art. 5º, XI, da Constituição Federal e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) A entrada na residência sem mandado judicial é sempre ilícita, independentemente de haver suspeita de crime, pois apenas o consentimento do morador ou ordem judicial pode autorizar o ingresso.
- (B) A Constituição permite o ingresso em domicílio sem autorização judicial sempre que houver suspeita genérica ou denúncia anônima, bastando a boa-fé dos policiais.
- (C) A entrada sem mandado judicial é legítima somente quando existirem fundadas razões, objetivamente demonstráveis, de que há situação de flagrante delito, conforme entendimento do STF e do STJ.
- (D) O direito à inviolabilidade do domicílio não se aplica a investigações de tráfico de drogas, por se tratar de crime permanente, o que autoriza a entrada policial a qualquer momento.
- (E) A licitude da prova independe da análise da situação concreta, bastando que a diligência tenha sido motivada pela gravidade do crime investigado.

37

Durante a apuração de um escândalo de corrupção, a jornalista Marina publicou uma série de reportagens revelando documentos sigilosos que indicavam o envolvimento de agentes públicos em fraudes licitatórias. Diante da repercussão, o Ministério Público convocou Marina para revelar a identidade da pessoa que lhe forneceu os documentos, sob pena de responder por desobediência e obstrução à Justiça. A jornalista se recusou, alegando estar amparada pelo direito constitucional ao sigilo da fonte.

Com base na situação hipotética e no disposto no art. 5º, XIV, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Marina está equivocada, pois o direito ao sigilo da fonte não se aplica a investigações criminais envolvendo agentes públicos, devendo prevalecer o interesse coletivo.

- (B) Marina possui o direito constitucional de preservar o sigilo da fonte, por se tratar de garantia essencial ao exercício da atividade jornalística e à liberdade de informação.

- (C) Marina não pode invocar o sigilo da fonte, pois o direito de acesso à informação é restrito ao Estado e não se estende aos profissionais da imprensa.

- (D) O direito ao sigilo da fonte depende de prévia autorização judicial, não podendo ser exercido de forma autônoma pelo profissional de comunicação.

- (E) Marina poderá manter o sigilo da fonte apenas se comprovar que as informações divulgadas são verdadeiras e não causaram dano à imagem de terceiros.

38

O art. 5º, XI, da Constituição Federal dispõe que “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.”

Com base nesse dispositivo e em sua interpretação constitucional consolidada pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, analise as assertivas abaixo:

- I – A inviolabilidade do domicílio é direito fundamental que protege qualquer espaço onde alguém exerça sua vida privada, incluindo casas, apartamentos, escritórios profissionais e quartos de hotel ocupados.
- II – O ingresso em domicílio sem mandado judicial é legítimo apenas quando existirem fundadas razões, objetivamente verificáveis, de que há situação de flagrante delito em curso.
- III – A denúncia anônima, por si só, é suficiente para justificar o ingresso policial em residência, desde que o crime investigado seja de natureza permanente, como o tráfico de drogas.
- IV – A entrada em domicílio sem consentimento do morador é admissível à noite, desde que haja determinação judicial expressa e previamente fundamentada.
- V – Caso o morador autorize a entrada dos agentes, o consentimento deve ser livre e espontâneo, e, em eventual contestação, cabe ao Estado comprovar que não houve coação ou induzimento.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

39

O Sindicato Nacional dos Servidores Ambientais (SINASA), regularmente constituído há mais de um ano, impetrou mandado de segurança coletivo em favor de todos os seus filiados contra ato do Ministro do Meio Ambiente que determinou a suspensão temporária do pagamento de gratificação de desempenho. O relator do processo, ao analisar a petição inicial, observou que um partido político com representação no Congresso Nacional também havia impetrado mandado de segurança idêntico, com o mesmo objeto e contra a mesma autoridade coatora, buscando a proteção do interesse coletivo da categoria.

Com base na situação hipotética e no disposto no art. 5º, inciso LXX, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O partido político não possui legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo, pois essa prerrogativa é exclusiva de entidades sindicais e associações civis com mais de um ano de existência.
- (B) Apenas o SINASA possui legitimidade, uma vez que o mandado de segurança coletivo somente pode ser impetrado por organização sindical ou associação representativa dos associados diretamente prejudicados.
- (C) Tanto o partido político com representação no Congresso Nacional quanto o sindicato possuem legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança coletivo, desde que atuem na defesa de interesses relacionados a seus representados ou filiados.
- (D) A legitimidade do partido político é restrita à defesa de direitos de seus filiados, não podendo atuar na tutela de interesses coletivos de categorias profissionais específicas.
- (E) Ambos os impetrantes são ilegítimos, pois o mandado de segurança coletivo exige prévia autorização nominal dos filiados ou associados para sua propositura.

40

Em um contexto de crise econômica, o Governo Federal editou uma lei que autorizava Estados e Municípios a fixarem salários mínimos regionais, de modo que cada ente pudesse adequar o valor conforme suas condições orçamentárias e o custo de vida local. Paralelamente, uma empresa pública estadual, ao celebrar contratos de prestação de serviços terceirizados, vinculou o valor das remunerações dos empregados ao salário mínimo vigente, alegando ausência de outra referência legal.

Diversos sindicatos ingressaram com ações judiciais, sustentando que as medidas eram inconstitucionais, por violarem o texto da Constituição Federal.

Com base na situação hipotética e no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição permite que os Estados e Municípios fixem salários mínimos regionais, desde que observem o valor nacional como referência e que a lei federal autorize expressamente tal diferenciação.
- (B) O salário mínimo deve ser fixado em lei federal, nacionalmente unificado, sendo vedada sua fixação por entes subnacionais ou sua vinculação como indexador para qualquer fim.
- (C) A fixação de salários regionais é compatível com a Constituição, pois o princípio federativo assegura autonomia financeira e normativa aos Estados e Municípios.
- (D) A vinculação do salário mínimo para atualização de contratos administrativos é admitida, desde que o reajuste preserve o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- (E) A Constituição admite a vinculação do salário mínimo para fins previdenciários, por se tratar de direito social fundamental voltado à dignidade da pessoa humana.

41

Com o avanço tecnológico, a empresa pública Tecno-Brasil S.A., responsável por serviços administrativos do Governo Federal, iniciou um processo de substituição gradual de empregados por sistemas automatizados de inteligência artificial, que passaram a realizar tarefas antes desempenhadas por servidores terceirizados. Diversos trabalhadores foram dispensados, e o sindicato da categoria ingressou com ação judicial alegando violação ao direito constitucional à proteção em face da automação, previsto no art. 7º, XXVII, da Constituição Federal. A empresa, por sua vez, defendeu-se argumentando que a automação é consequência natural do desenvolvimento tecnológico e que não existe proibição constitucional à substituição de mão de obra humana por máquinas, desde que observadas as normas trabalhistas.

Com base na situação apresentada e no disposto no art. 7º, XXVII, da CF/1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição proíbe expressamente qualquer forma de substituição de trabalhadores por máquinas ou sistemas automatizados, independentemente de regulamentação infraconstitucional.
- (B) A Constituição assegura ao trabalhador o direito à proteção em face da automação, impondo ao Estado o dever de regular, por lei, medidas que atenuem os efeitos sociais e econômicos da substituição tecnológica.
- (C) A automação é livre no país, não havendo qualquer previsão constitucional sobre proteção ao trabalhador, devendo prevalecer o princípio da livre iniciativa.
- (D) O direito à proteção em face da automação é auto-aplicável e não depende de regulamentação legal, sendo diretamente exigível em qualquer situação que envolva inovação tecnológica.
- (E) A proteção em face da automação aplica-se exclusivamente a servidores públicos, não alcançando trabalhadores do setor privado.

42

Carlos, cidadão português naturalizado brasileiro há dez anos, foi denunciado pelo Ministério Público Federal sob acusação de ter obtido sua naturalização mediante falsificação de documentos. Além disso, apurou-se que, após naturalizado, ele teria financiado grupo extremista que pregava o fechamento do Congresso Nacional e a intervenção militar, com o objetivo de subverter a ordem democrática.

Diante dos fatos, a União propôs ação judicial visando ao cancelamento da naturalização de Carlos, com base no art. 12, §4º, inciso I, da Constituição Federal.

Com base na situação hipotética e na disciplina constitucional sobre perda da nacionalidade brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) O cancelamento da naturalização só pode ocorrer por ato administrativo do Poder Executivo, mediante processo no Ministério da Justiça, sem necessidade de decisão judicial.
- (B) A Constituição permite o cancelamento da naturalização apenas quando comprovada fraude no processo de naturalização, não abrangendo hipóteses de atentado contra a ordem constitucional.
- (C) A perda da nacionalidade do naturalizado pode ocorrer por sentença judicial transitada em julgado, nos casos de fraude no processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (D) O cancelamento da naturalização implica, automaticamente, a expulsão do indivíduo do território nacional, independentemente de qualquer outra providência legal.
- (E) A perda da nacionalidade do naturalizado brasileiro também pode ocorrer caso ele adquira voluntariamente outra nacionalidade estrangeira, ainda que sem vínculo originário.

43

Em determinado momento histórico, os Estados de Sol Nascente e Verdejante, localizados na Região Norte do país, discutiram a possibilidade de unirem-se para formar um novo Estado, a fim de melhorar a gestão administrativa e fortalecer a economia regional. Para viabilizar o projeto, as Assembleias Legislativas de ambos os Estados aprovaram propostas de fusão e encaminharam-nas diretamente ao Congresso Nacional, solicitando a edição de uma lei complementar que formalizasse a criação da nova unidade federativa.

Contudo, antes da tramitação no Congresso, o Supremo Tribunal Federal foi provocado a se manifestar sobre a regularidade do procedimento constitucional.

Com base na situação apresentada e no disposto no art. 18, §3º, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O procedimento é regular, pois basta a aprovação das Assembleias Legislativas e a edição de lei complementar pelo Congresso Nacional para que haja fusão ou desmembramento de Estados.
- (B) A incorporação, subdivisão ou desmembramento de Estados depende apenas de autorização do Senado Federal, órgão representativo das unidades federadas.
- (C) O processo de criação de novos Estados exige consulta prévia à população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e aprovação posterior do Congresso Nacional, mediante lei complementar.
- (D) A Constituição exige apenas o plebiscito popular, sendo dispensável a aprovação por lei complementar federal, em respeito ao princípio federativo e à autonomia estadual.
- (E) A criação de novos Estados, Territórios ou fusões entre eles pode ocorrer por decreto do Presidente da República, desde que haja interesse público relevante reconhecido pelo Congresso Nacional.

44

O Poder Legislativo, essencial à estrutura democrática, desempenha funções típicas e atípicas dentro do sistema de separação de poderes previsto na Constituição Federal de 1988. Acerca da organização, composição e competências do Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.

- (A) O Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Conselho da República, órgão consultivo do Presidente da República.
- (B) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- (C) A Câmara dos Deputados é composta por representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema majoritário.

- (D) Cabe ao Congresso Nacional sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- (E) O Senado Federal tem a competência de iniciar o processo legislativo das leis orçamentárias anuais.

45

O Poder Executivo, um dos pilares da separação de poderes, tem por função primordial a execução das leis e a direção da administração pública. No tocante à organização, competências e atribuições do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O Presidente da República é eleito pelo voto indireto, para mandato de seis anos, permitida apenas uma reeleição.
- (B) Compete privativamente ao Presidente da República sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
- (C) O Vice-Presidente da República exerce apenas funções de substituição eventual do Presidente, não podendo desempenhar outras missões oficiais.
- (D) A nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal independe de aprovação do Senado Federal, cabendo apenas ao Presidente a escolha livre dos indicados.
- (E) A intervenção federal nos Estados é decretada pelo Congresso Nacional, após solicitação do Supremo Tribunal Federal.

46

A Constituição Federal de 1988 estabelece direitos, deveres e garantias aplicáveis aos servidores públicos, disciplinando aspectos como ingresso, regime jurídico e estabilidade. Com base nessas disposições, assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor público adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício no cargo público, desde que aprovado em estágio probatório e avaliado por comissão especial.
- (B) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, ainda que haja compatibilidade de horários.
- (C) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão incorporados ao vencimento ou provento, para qualquer efeito.
- (D) O ingresso em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- (E) O servidor estável não poderá perder o cargo em hipótese alguma, salvo por aposentadoria ou pedido de exoneração.

47

O Presidente e o Vice-Presidente da República exercem papel central no sistema presidencialista brasileiro, possuindo atribuições, prerrogativas e responsabilidades próprias previstas na Constituição Federal. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O Presidente da República é eleito pelo voto direto e secreto, para mandato de quatro anos, sendo vedada a reeleição para o mesmo cargo.
- (B) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Supremo Tribunal Federal e, em seguida, o Procurador-Geral da República.
- (C) O Vice-Presidente da República substitui o Presidente, no caso de impedimento, e o sucede, no caso de vacância do cargo.
- (D) O Presidente da República, durante o mandato, pode ser responsabilizado criminalmente por qualquer ato, ainda que estranho ao exercício de suas funções.
- (E) Compete ao Vice-Presidente da República sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

48

A Constituição Federal de 1988 confere ao Presidente da República um conjunto de competências privativas, que expressam seu papel de Chefe de Estado, Chefe de Governo e Chefe da Administração Pública Federal. Com base nessas atribuições, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete ao Presidente da República decretar o estado de defesa e o estado de sítio, ouvidos previamente o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal.
- (B) O Presidente da República pode delegar a qualquer Ministro de Estado a competência para conceder indulto e comutar penas.
- (C) Compete ao Presidente da República nomear Ministros de Estado, exercer o comando supremo das Forças Armadas e declarar guerra, se autorizado pelo Congresso Nacional.
- (D) Cabe ao Presidente da República julgar Ministros de Estado por crimes de responsabilidade, após autorização do Senado Federal.
- (E) É competência privativa do Presidente da República apreciar projetos de lei e resoluções, promulgando-as ou vetando-as, sendo o veto irrecorrível.

49

O Poder Judiciário, essencial à função jurisdicional do Estado, exerce papel fundamental na defesa dos direitos, na pacificação social e na preservação da Constituição. De acordo com as disposições gerais constantes da Seção I do Capítulo III do Título IV da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O Poder Judiciário tem por função exclusiva a aplicação das leis, não lhe cabendo exercer controle de constitucionalidade sobre atos normativos.
- (B) É garantido ao Poder Judiciário autonomia administrativa, mas não autonomia financeira, estando integralmente sujeito à execução orçamentária do Poder Executivo.
- (C) A lei não poderá criar juízo ou tribunal de exceção, sendo assegurado o princípio do juiz natural.
- (D) O ingresso na magistratura de carreira independe de concurso público, bastando indicação do Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
- (E) Os tribunais e juízes poderão exercer funções típicas do Poder Legislativo, quando houver omissão do Congresso Nacional.

50

Sobre as garantias e a organização do Poder Judiciário, conforme a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O Poder Judiciário é composto apenas pelo Supremo Tribunal Federal e pelos Tribunais de Justiça dos Estados.
- (B) Os juízes gozam das garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio, assegurando a independência judicial.
- (C) O controle interno e externo dos atos administrativos do Judiciário é realizado exclusivamente pelo Conselho Nacional de Justiça.
- (D) O Presidente da República exerce o controle disciplinar sobre juízes e tribunais, mediante decreto fundamentado.
- (E) As decisões do Poder Judiciário não se submetem a nenhum controle, pois são absolutas e soberanas em todos os casos.

Noções de Informática

Leonardo Vasconcelos

51

O Gerenciador de Tarefas do Windows 11 é um utilitário essencial para monitorar e gerenciar os aplicativos e processos em execução no computador. Ele é organizado em diferentes guias, cada uma exibindo informações específicas sobre o desempenho e a utilização dos recursos do sistema. Assinale a alternativa que descreve corretamente a principal informação encontrada na guia “Desempenho”.

- (A) Uma lista detalhada de todos os processos em execução, incluindo seu PID (Identificador de Processo) e nome de usuário associado.
- (B) Os aplicativos que estão configurados para iniciar automaticamente com o Windows e o impacto de cada um no tempo de inicialização.
- (C) O histórico de uso dos aplicativos, mostrando quais foram os mais utilizados em um determinado período.
- (D) Gráficos e informações em tempo real sobre a utilização dos principais componentes de hardware, como CPU, Memória, Disco e Rede.
- (E) As opções para finalizar tarefas ou processos que não estão respondendo ou que estão consumindo recursos excessivos.

52

Um agente da Polícia Legislativa está colaborando com colegas na elaboração de um relatório utilizando o Microsoft Word 365. O documento está salvo no OneDrive, permitindo a coautoria. Sobre as funcionalidades de compartilhamento e coautoria do Word 365, assinale a afirmativa correta.

- (A) A coautoria só é possível se todos os usuários estiverem utilizando a versão desktop do Word, não funcionando na versão web.
- (B) Para iniciar a coautoria, o proprietário do documento deve ativar o recurso "Controlar Alterações", caso contrário, as edições simultâneas não são permitidas.
- (C) Quando um documento é compartilhado com permissão de "Pode exibir", o destinatário pode fazer edições, mas elas ficam salvas apenas em uma cópia local.
- (D) O compartilhamento de um documento do Word armazenado no OneDrive só pode ser feito com outros usuários que pertençam à mesma organização.
- (E) Durante a coautoria, os usuários podem ver em tempo real as edições sendo feitas por outros colaboradores no documento.

53

Um agente da Polícia Legislativa está utilizando uma planilha eletrônica (Microsoft Excel ou LibreOffice Calc) para analisar os tempos de resposta de ocorrências em minutos, conforme a tabela a seguir:

	A	B
1	Ocorrência	Tempo (min)
2	O-01	15
3	O-02	25
4	O-03	12
5	O-04	30
6	O-05	25

Para identificar o maior tempo de resposta registrado entre as ocorrências listadas, qual fórmula deve ser inserida em uma célula vazia?

- (A) =MÁXIMO(B2:B6)
- (B) =MAIOR(B2:B6)
- (C) =MAIOR(B2:B6;5)
- (D) =SOMA(B2:B6)
- (E) =MÉDIA(B2:B6)

54

Um agente da Polícia Legislativa está utilizando um navegador de internet, como o Google Chrome ou Mozilla Firefox, com várias guias (abas) abertas simultaneamente. Para navegar rapidamente entre as guias abertas, da esquerda para a direita, sem utilizar o mouse, ele pode usar uma combinação de teclas de atalho.

Assinale a opção que apresenta o atalho correto para alternar para a próxima guia à direita.

- (A) Alt + Tab
- (B) Ctrl + Tab
- (C) Ctrl + W
- (D) Ctrl + T
- (E) Shift + Tab

55

Ao configurar um programa cliente de correio eletrônico, como o Microsoft Outlook ou Mozilla Thunderbird, para acessar uma conta de e-mail, o usuário precisa definir os servidores e os protocolos de comunicação para envio e recebimento de mensagens. Sobre as características desses protocolos, assinale a opção correta.

- (A) O protocolo SMTP é utilizado para receber mensagens do servidor, baixando-as para o dispositivo local e, por padrão, removendo-as do servidor.
- (B) O protocolo POP3 permite o acesso e gerenciamento das mensagens diretamente no servidor, mantendo a sincronização entre múltiplos dispositivos.
- (C) O protocolo IMAP possibilita que o usuário acesse suas pastas de e-mail e mensagens que estão armazenadas no servidor, refletindo as ações (leitura, exclusão) em diferentes clientes.
- (D) Tanto o POP3 quanto o IMAP são protocolos utilizados para o envio de mensagens do cliente para o servidor de e-mail.
- (E) O protocolo SMTP utiliza a porta 110 para comunicação segura, enquanto o IMAP utiliza a porta 25 para comunicação padrão.

56

A Internet oferece uma vasta gama de ferramentas e plataformas para comunicação, pesquisa e interação social. Entre elas, destacam-se os sítios de busca, os grupos de discussão e as redes sociais, cada um com propósitos e funcionalidades distintas. Assinale a opção que descreve corretamente uma dessas ferramentas ou conceitos.

- (A) Grupos de discussão são plataformas como o Google, cuja principal função é indexar a World Wide Web e retornar links relevantes com base em palavras-chave.
- (B) Redes sociais, como o LinkedIn, são primariamente utilizadas para o armazenamento de arquivos pessoais em nuvem e sincronização entre dispositivos.
- (C) Sítios de busca, como o Facebook, permitem aos usuários criar perfis, conectar-se com amigos e compartilhar atualizações de status e fotos.
- (D) Grupos de discussão (fóruns online ou listas de e-mail) são espaços virtuais onde pessoas com interesses comuns podem trocar mensagens, debater ideias e compartilhar informações sobre um tópico específico.
- (E) O Google é um exemplo de rede social focada em conexões profissionais e oportunidades de carreira.

57

Um agente da Polícia Legislativa utiliza o Explorador de Arquivos do Windows 11 para gerenciar documentos e pastas relacionados às suas atividades. Ele nota que a seção "Acesso Rápido" exibe pastas usadas frequentemente, mas deseja adicionar manualmente uma pasta específica a essa lista para garantir que ela esteja sempre visível. Sobre a funcionalidade "Acesso Rápido", assinale a opção correta.

- (A) A seção "Acesso Rápido" só exibe pastas do sistema, como Documentos e Downloads, não sendo possível adicionar pastas criadas pelo usuário.
- (B) Ao fixar uma pasta no "Acesso Rápido", uma cópia completa de seu conteúdo é criada na memória do sistema para agilizar a abertura.
- (C) Pastas fixadas no "Acesso Rápido" são automaticamente removidas da lista após 30 dias sem uso, para manter a seção organizada.
- (D) Desafixar uma pasta do "Acesso Rápido" move a pasta original e todo o seu conteúdo para a Lixeira do Windows.
- (E) Para fixar uma pasta no "Acesso Rápido", o usuário pode clicar com o botão direito do mouse sobre a pasta desejada e selecionar a opção "Fixar em Acesso Rápido".

58

No contexto da segurança da informação, diversos tipos de *softwares* maliciosos (*malwares*) ameaçam a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados e sistemas. Cada tipo possui características distintas, especialmente quanto ao seu método de propagação e ação. Assinale a opção que descreve corretamente o *malware* conhecido como *worm*.

- (A) É um programa capaz de se replicar automaticamente e se espalhar por redes de computadores, explorando vulnerabilidades sem a necessidade de um arquivo hospedeiro ou intervenção humana.
- (B) Trata-se de um código malicioso que necessita se anexar a um programa ou arquivo legítimo (hospedeiro) para ser executado e se replicar, infectando outros arquivos no mesmo sistema.
- (C) É um *software* que se disfarça de aplicativo útil ou inofensivo para enganar o usuário e ser instalado, abrindo brechas de segurança ou executando outras ações danosas.
- (D) Consiste em um programa que, após infectar um sistema, criptografa os arquivos do usuário e exige um pagamento (resgate) para restaurar o acesso.
- (E) Refere-se a um tipo de *spyware* especializado em registrar secretamente todas as teclas digitadas pelo usuário no teclado.

59

A segurança da informação em ambientes corporativos e governamentais depende da adoção de procedimentos e ferramentas adequadas para mitigar riscos. Tais procedimentos incluem o uso de antivírus, *firewalls*, a realização de *backups* e a aplicação de atualizações. A respeito desses procedimentos, assinale a opção correta.

- (A) A função principal do *firewall* é realizar cópias de segurança (*backup*) dos dados do sistema, garantindo a recuperação em caso de falhas.
- (B) Manter o sistema operacional e os aplicativos atualizados é crucial para corrigir vulnerabilidades de segurança que podem ser exploradas por *malwares*.
- (C) O *software* antivírus é projetado para controlar o tráfego de rede, impedindo conexões não autorizadas, mas não detecta arquivos maliciosos.
- (D) O *backup* do tipo incremental é o método que copia todos os arquivos selecionados a cada execução, sendo o mais rápido para restauração.
- (E) Desativar as atualizações automáticas do sistema operacional é uma boa prática de segurança, pois evita a instalação de *patches* instáveis.

60

A computação em nuvem (*cloud computing*) oferece diferentes modelos de serviço, que se distinguem pelo nível de controle e gerenciamento que o cliente possui sobre a infraestrutura de TI. Os modelos mais comuns são IaaS, PaaS e SaaS. Assinale a opção que descreve corretamente o modelo PaaS (*Platform as a Service*).

- (A) Oferece ao cliente acesso a *software* aplicativos completos, prontos para uso, como um serviço de e-mail ou um editor de textos online, no qual o provedor gerencia toda a infraestrutura.
- (B) Disponibiliza a infraestrutura de computação básica, como servidores virtuais e armazenamento, permitindo que o cliente instale e gerencie seus próprios sistemas operacionais e aplicações.
- (C) Fornece um ambiente completo para desenvolvimento, teste e implantação de aplicações, incluindo sistema operacional, ferramentas de desenvolvimento e banco de dados, sem que o cliente precise gerenciar a infraestrutura subjacente.
- (D) Consiste em uma infraestrutura de nuvem de uso exclusivo para uma única organização, oferecendo o mais alto nível de controle sobre o hardware e a rede.
- (E) É um modelo onde o cliente aluga o *hardware* físico do servidor, sendo responsável por instalar o sistema de virtualização e gerenciar todas as camadas de *software*.

Raciocínio Lógico**Diego Ribeiro****61**

Em relatório, registrou-se: “Se o parecer for rejeitado, a proposição será arquivada”. Assinale a conclusão que será sempre verdadeira.

- (A) Se a proposição não foi arquivada, o parecer não foi rejeitado.
- (B) Se a proposição foi arquivada, o parecer foi rejeitado.
- (C) Se o parecer não foi rejeitado, a proposição não será arquivada.
- (D) A proposição só será arquivada se o parecer for rejeitado.
- (E) Se a proposição foi arquivada, o parecer não foi rejeitado.

62

No relatório de uma ocorrência, constam as informações:

- I – Se houve falha no scanner, o acesso foi bloqueado.
- II – Se o acesso foi bloqueado, o relatório de segurança foi gerado.
- III – O relatório de segurança não foi gerado.

Com base apenas nessas afirmações, conclui-se que:

- (A) houve falha no scanner.
- (B) o acesso não foi bloqueado.
- (C) o relatório não depende do scanner.
- (D) o acesso foi bloqueado, mas sem gerar relatório.
- (E) não se pode concluir nada.

63

Em um dia de plenário, registrou-se:

“Houve deliberação da Mesa Diretora ou a sessão foi suspensa; e se não houve deliberação, então a sessão foi suspensa.”

Determine em quantas situações possíveis essa proposição será falsa.

- (A) Nenhuma.
- (B) Exatamente uma.
- (C) Exatamente duas.
- (D) Três.
- (E) Quatro.

64

Com base nas informações a seguir:

- Nenhum suplente vota nominalmente.
- Todos os membros efetivos da CCJ votam nominalmente.
- Alguns membros da CCJ são suplentes.

É correto concluir que:

- (A) há membros da CCJ que não são suplentes.
 (B) todos os membros da CCJ são suplentes.
 (C) todos os suplentes são membros da CCJ.
 (D) todos os suplentes votam nominalmente.
 (E) nenhum membro da CCJ tem voto nominal.

65

Em um relatório de segurança digital, constam as seguintes informações:

- Se houve tentativa de invasão ao sistema, os protocolos de defesa foram ativados.
- Se os protocolos de defesa foram ativados, um registro foi gravado no banco de dados.
- Constatou-se que nenhum registro foi gravado.

Com base nessas proposições, é possível concluir que:

- (A) a tentativa de invasão ocorreu, mas sem ativar os protocolos.
 (B) os protocolos de defesa foram ativados sem registro correspondente.
 (C) o registro pode ter sido apagado após a invasão.
 (D) não houve tentativa de invasão ao sistema.
 (E) nada se pode concluir.

66

Considere as premissas:

- I – Todo parlamentar que apresentou emenda teve sua emenda distribuída a uma comissão.
 II – Existe parlamentar cuja emenda não foi distribuída.

A partir dessas informações, é possível concluir que:

- (A) há parlamentar que não apresentou emenda.
 (B) todos os parlamentares apresentaram emenda.
 (C) toda emenda foi distribuída a alguma comissão.
 (D) há comissão que não recebeu nenhuma emenda.
 (E) não é possível concluir nada.

67

Quatro testemunhas (A, B, C, D) serão ouvidas de segunda a quinta-feira, uma por dia, com regras:

- 1) B é ouvida antes de C;
- 2) C não é ouvida na quinta-feira;
- 3) D é ouvida na quarta-feira;
- 4) A não é ouvida na segunda-feira.

Qual testemunha será ouvida na segunda-feira?

- (A) A
 (B) B
 (C) C
 (D) D
 (E) não se pode concluir

68

Segundo a política de acesso: “se a conferência documental não indicou inconsistências e não houve alerta do detector, então o acesso foi liberado”. Qual sentença é logicamente equivalente?

- (A) Se o acesso não foi liberado, então houve inconsistência ou houve alerta.
 (B) Se houve inconsistência, então o acesso foi liberado.
 (C) Se houve alerta, então houve inconsistência.
 (D) Se o acesso foi liberado, então não houve inconsistência nem alerta.
 (E) Se não houve inconsistência, então o acesso foi liberado.

69

Quatro servidores (Ana, Bruno, Carla, Diego) concorrem a quatro funções (Chefia, Supervisão, Fiscalização, Apoio), com as seguintes restrições:

- 1) Bruno não pode ocupar Chefia;
- 2) Carla não pode Fiscalização;
- 3) Diego não pode Apoio;
- 4) Ana deve ocupar Chefia.
- 5) Bruno deve ocupar Fiscalização

Com base nisso, determine quem ocupará a função de supervisão.

- (A) Ana
 (B) Bruno
 (C) Carla
 (D) Diego
 (E) Não se pode concluir

70

Segundo a norma: “o acesso ao Anexo será permitido a menos que haja ordem de interdição”. Deduz-se corretamente, desta norma, que:

- (A) a interdição é suficiente, mas não necessária, para impedir o acesso.
 (B) se houve acesso, então houve ordem de interdição.
 (C) se o acesso não foi permitido, então houve ordem de interdição.
 (D) não havendo interdição, ainda assim o acesso pode ser negado.
 (E) a negação de acesso não implica nada sobre interdição.

Noções de Direitos Humanos**Maria Júlia****71**

Com base nas características dos direitos humanos, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) A historicidade demonstra que os direitos humanos são fixos e independentes da evolução social.
- (B) A relatividade indica que os direitos humanos não podem sofrer restrições sob nenhuma circunstância.
- (C) A vedação ao retrocesso impede que o Estado reduza o patamar de proteção já alcançado, assegurando a progressividade da tutela dos direitos.
- (D) A imprescritibilidade garante que todo direito humano de natureza patrimonial possa ser exercido a qualquer tempo, sem prazo.
- (E) A relatividade impede qualquer ponderação entre direitos em conflito, devendo prevalecer sempre o direito à liberdade.

72

Sobre as expressões “Direitos do Homem”, “Direitos Fundamentais” e “Direitos Humanos”, assinale a alternativa correta.

- (A) “Direitos do Homem” referem-se à positivação internacional dos direitos no âmbito das Nações Unidas.
- (B) “Direitos Fundamentais” correspondem aos direitos ainda não positivados, de natureza jusnaturalista.
- (C) “Direitos Humanos” são os direitos reconhecidos internamente nas constituições e leis nacionais.
- (D) “Direitos Fundamentais” têm caráter interno, constitucional, e “Direitos Humanos” são os previstos em tratados e declarações internacionais.
- (E) “Direitos do Homem” e “Direitos Humanos” são sinônimos absolutos, pois ambos possuem o mesmo alcance jurídico e formal.

73

Com base nas formas de eficácia dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- (A) A eficácia vertical aplica-se às relações entre particulares, sempre que houver desequilíbrio de poder fático.
- (B) A eficácia horizontal restringe-se à relação entre Estado e cidadão, representando uma aplicação direta dos direitos fundamentais contra o poder público.
- (C) A eficácia diagonal busca reequilibrar relações privadas nas quais há desigualdade entre as partes, como nas relações de trabalho ou de consumo.
- (D) A eficácia vertical é exclusiva do Direito Internacional e não se aplica no plano interno.
- (E) A eficácia horizontal é inaplicável no Brasil, pois viola o princípio da autonomia privada nas relações entre particulares.

74

Sobre as disposições do Pacto de São José da Costa Rica, assinale V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

- () É vedada a aplicação da pena de morte por delitos políticos e por delitos comuns conexos a delitos políticos.
- () É permitida a execução da pena de morte de pessoa condenada que tinha 72 anos à época do julgamento, desde que o crime tenha sido cometido aos 68.
- () É possível a prisão civil do depositário infiel, pois o Pacto de São José não possui hierarquia suficiente para afastar norma constitucional expressa.
- () O Pacto de São José proíbe qualquer forma de trabalho obrigatório, inclusive os decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Assinale a sequência correta.

- (A) V – V – F – F.
- (B) F – V – V – F.
- (C) V – V – V – F.
- (D) V – F – V – F.
- (E) V – V – V – V

75

A respeito das características dos direitos humanos, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- (A) A irrenunciabilidade e a inalienabilidade possuem o mesmo sentido, pois ambas impedem o exercício temporário dos direitos humanos.
- (B) A primazia da norma mais favorável impõe que, diante de um conflito entre duas normas de direitos humanos, prevaleça sempre aquela de hierarquia superior.
- (C) A universalidade garante que os direitos humanos são destinados a todos os indivíduos, independentemente de nacionalidade, raça, sexo ou convicção, reforçando a vedação a qualquer forma de discriminação.
- (D) A indivisibilidade implica que os direitos humanos podem ser segmentados conforme sua geração histórica, sem relação de dependência entre si.
- (E) A interdependência refere-se ao fato de que apenas os direitos civis e políticos devem ser respeitados simultaneamente, já que os direitos sociais possuem caráter secundário.

76

Com relação à natureza jurídica da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de um tratado internacional vinculante a todos os países-membros das Nações Unidas.
- (B) Possui natureza de *soft law*, não vinculante, por se tratar de uma mera resolução da Assembleia Geral da ONU.
- (C) É considerada norma de *jus cogens*, vinculando todos os Estados do planeta independentemente de adesão.
- (D) É obrigatória somente para os países que internalizaram integralmente seu conteúdo no ordenamento jurídico nacional.
- (E) Por ser um ato unilateral, não possui qualquer relevância jurídica no Direito Internacional.

77

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) constitui marco histórico na proteção internacional da dignidade humana.

Sobre esse documento, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A DUDH foi aprovada em 1948, após a Segunda Guerra Mundial, pela Assembleia Geral da ONU, e não possui natureza de tratado internacional.
- () O artigo 1º da DUDH afirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, devendo agir uns com os outros em espírito de fraternidade.
- () A DUDH consagrou direitos de 1ª, 2ª e 3ª gerações, abrangendo também o direito ao meio ambiente equilibrado.

Assinale a sequência correta.

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – F.
- (D) F – F – V.
- (E) V – V – V.

78

Durante o julgamento de um caso de violação de direitos humanos, um advogado invoca a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), aprovada pelo Congresso Nacional com quórum de 3/5 em dois turnos, em ambas as Casas.

Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- (A) a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência possui status de lei ordinária, pois os tratados internacionais, mesmo de direitos humanos, só se tornam constitucionais mediante referendo popular.
- (B) a Convenção em questão possui status de emenda constitucional, pois foi aprovada conforme o rito especial do art. 5º, §3º, da CF/1988.
- (C) a Convenção é norma supralegal, pois o STF entende que nenhum tratado pode alcançar nível constitucional, ainda que sobre direitos humanos.
- (D) o tratado possui status infralegal, situando-se abaixo das leis ordinárias, uma vez que não altera a Constituição.
- (E) a Convenção equivale a lei complementar, porque foi aprovada por quórum qualificado, mas não integra o bloco de constitucionalidade.

79

Com base no art. 5º, §3º, da CF/1988 e na jurisprudência do STF, assinale V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

- () Os tratados internacionais sobre direitos humanos aprovados com o rito especial do art. 5º, §3º, da CF/1988 possuem status equivalente ao das emendas constitucionais.
- () O STF reconheceu que os tratados de direitos humanos aprovados antes da EC n. 45/2004 têm status supralegal, situando-se acima das leis ordinárias e abaixo da Constituição.
- () O Pacto de São José da Costa Rica, promulgado pelo Decreto n. 678/1992, tem status constitucional, por ser tratado de direitos humanos ratificado pelo Brasil.
- () Os tratados internacionais de natureza comum, como os de comércio exterior, possuem o mesmo nível hierárquico das leis ordinárias.

Assinale a sequência correta.

- (A) V – V – F – V.
- (B) F – V – V – F.
- (C) V – F – F – V.
- (D) V – V – V – F.
- (E) V – V – F – F.

80

Durante um protesto político, um país americano que já havia abolido a pena de morte restabeleceu sua aplicação por meio de nova lei, permitindo sua execução contra líderes opositores. O ato foi questionado perante o sistema interamericano.

À luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- (A) O restabelecimento da pena de morte é admitido, desde que o país a adote apenas para crimes hediondos e de forma proporcional.
- (B) A Convenção admite a pena de morte em situações de instabilidade política, desde que previamente autorizada pela Corte Interamericana.
- (C) O restabelecimento da pena de morte é vedado, pois a Convenção proíbe sua reintrodução em países que a tenham abolido.
- (D) A pena de morte poderá ser aplicada retroativamente, desde que prevista em lei antes do trânsito em julgado da sentença.
- (E) A Convenção apenas proíbe a aplicação da pena de morte a mulheres grávidas, não fazendo restrição quanto ao restabelecimento após a abolição.

81

Sobre as teorias que buscam fundamentar os direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- (A) A teoria jusnaturalista fundamenta os direitos humanos na ordem normativa positiva e na soberania popular.
- (B) A teoria positivista defende a existência de direitos humanos inatos, anteriores ao Estado, baseados em uma ordem superior e imutável.
- (C) A teoria moralista (ou de Perelman) explica os direitos humanos a partir da consciência moral de um povo, mas é criticada por relativizar a universalidade dos direitos.
- (D) A teoria jusnaturalista contemporânea rejeita a existência de uma ordem superior e imutável como fundamento dos direitos humanos.
- (E) Segundo Alexandre de Moraes, as teorias jusnaturalista e positivista se excluem, uma vez que apresentam fundamentos incompatíveis.

Noções de Direito Penal**Renato Pulz****82**

Sobre os princípios aplicados ao direito penal, é correto afirmar que:

- (A) o princípio da irretroatividade da lei penal é absoluto.
- (B) o princípio da legalidade, previsto expressamente no código penal, é uma limitação ao arbítrio do Estado.
- (C) segundo o princípio da secularização, existem condutas morais ou religiosas tão ofensivas à sociedade que merecem a repressão pelo direito penal.
- (D) o princípio da individualização da pena afirma que a pena não deve passar da pessoa do condenado.
- (E) a obrigação de reparar o dano e o perdimento de bens não podem ser estendidos aos sucessores do condenado.

83

A respeito da teoria da lei penal, marque a alternativa correta.

- (A) A lei penal é sempre incriminadora.
- (B) Um tipo penal na forma culposa, como, por exemplo, o homicídio culposo, é uma norma penal em branco.
- (C) O direito penal somente admite a analogia *in bonam partem*.
- (D) A interpretação analógica não é admitida no direito penal.
- (E) A extra-atividade da lei penal diz respeito somente ao fenômeno da retroatividade mais benéfica.

84

Sobre a conduta no estudo da teoria do crime, assinale a causa que **não** exclui a conduta.

- (A) Movimentos reflexos.
- (B) Atos habituais.
- (C) Coação física irresistível.
- (D) Sonambulismo.
- (E) Força maior.

85

Marcão resolve matar seu desafeto, compra uma arma de fogo e munição de maneira legal em uma loja especializada, faz um curso de tiro e depois começa a planejar a ação. Sobre o nexa causal, qual a teoria adotada, de regra, pelo Código Penal.

- (A) Objetivo formal.
- (B) Subjetiva.
- (C) Da equivalência dos antecedentes causais.
- (D) Da causalidade adequada.
- (E) Imputação objetiva.

86

Sobre o livramento condicional e a suspensão condicional da pena, é correto afirmar.

- (A) A reincidência em crime doloso ou culposo impede o benefício da suspensão condicional da pena.
- (B) A execução da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, poderá ser suspensa, por quatro a seis anos, desde que o condenado seja maior de sessenta anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão.
- (C) Conforme o disposto no código penal, o juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado somente quando a pena privativa de liberdade for superior a dois anos.
- (D) Atendido outros requisitos, o juiz poderá conceder o livramento condicional quando cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.
- (E) Para ter direito ao livramento condicional, o condenado, além de outros requisitos, não pode ter cometido de falta grave nos últimos 24 meses.

87

O agente que auxiliar ou facilitar a entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional comete crime de:

- (A) descaminho.
- (B) prevaricação.
- (C) favorecimento pessoal.
- (D) condescendência criminoso.
- (E) favorecimento real impróprio.

88

Sobre os crimes contra o patrimônio, é correto afirmar que:

- (A) a consumação do furto exige a posse mansa e pacífica da coisa subtraída.
- (B) é admitido o crime continuado entre o roubo e a extorsão.
- (C) o abigeato é uma forma de extorsão.
- (D) comete furto qualificado quem realiza subtração de fios, cabos ou equipamentos utilizados para fornecimento ou transmissão de energia elétrica ou de telefonia.
- (E) uma das formas qualificadas da extorsão mediante sequestro se dá quando o sequestro dura mais de doze horas.

89

Joana, logo após o parto e acometida pelos efeitos do estado puerperal, acabou matando seu filho recém-nascido. Considerando o caso narrado, pode-se afirmar que Joana responderá por:

- (A) feminicídio.
- (B) fato atípico, considerando seu estado.
- (C) uma forma privilegiada de homicídio.
- (D) homicídio culposo.
- (E) homicídio qualificado.

90

Formadas por agentes de segurança, como policiais militares, civis, penais ou bombeiros, com a bandeira do combate aos traficantes, as milícias cresceram no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, com a aceitação das comunidades e a tolerância do Estado. (...) Por volta dos anos 1980, com a concessão de moradias em conjuntos habitacionais para integrantes das forças de segurança pública, particularmente na zona oeste do Rio, esses agentes começaram a se organizar para combater a instalação de traficantes em suas comunidades. Os grupos eram vistos no início como uma espécie de justiça paralela capaz de suprir o abandono social do Estado e conter a criminalidade nas regiões onde se instalavam.

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-sao-as-milicias-e-como-elas-evoluiram-no-rio-de-janeiro/>.

Sobre o crime “constituição de milícia privada” previsto no código penal, marque a alternativa correta.

- (A) O bem jurídico tutelado é a fé pública e por isso é considerado hediondo.
- (B) Constitui esse crime organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer tipo de crime.
- (C) Se o grupo se reunir para prática de contravenção penal, não se caracteriza o crime de milícia privada.
- (D) Para a consumação do delito em comento, é necessário que seja praticado ou ao menos tentado pelo grupo algum crime.
- (E) O texto da lei afirma que são necessários dois ou mais agentes para a formação da milícia privada.

91

Sobre os crimes contra a fé pública, é correto afirmar:

- (A) Para fins penais, o testamento particular é equiparado a documento público.
- (B) No crime de moeda falsa, é exigido o elemento subjetivo especial do tipo, que é a finalidade de lucro.
- (C) Comete o crime de falsidade ideológica quem insere na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório.
- (D) Para a consumação do crime de falsificação de documento público, é necessário o uso do documento.
- (E) Conforme o STJ, o delito de uso de documento falso consuma-se com verificação de autenticidade ou de prejuízo efetivo.

92

Em 2019, foi publicada a nova lei de abuso de autoridade, provocando calorosos debates sobre a aplicação prática da novel legislação e questionamentos sobre as motivações que levaram a sua elaboração. A despeito das discussões, marque a alternativa correta sobre as suas disposições legais.

- (A) Na referida lei, há crimes dolosos e culposos.
- (B) O agente ativo do crime de abuso de autoridade é exclusivamente o agente policial.
- (C) Para que se caracterize esse tipo de crime, a conduta deve ser praticada somente no exercício da função.
- (D) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- (E) Não constitui crime de abuso de autoridade a conduta descrita na lei quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de mero capricho ou satisfação pessoal, pois a finalidade específica exigida é a de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro.

93

O estatuto da pessoa idosa (Lei n. 10.741/2003) é um importante instrumento de política pública de proteção a um segmento vulnerável da sociedade. Sobre as suas disposições legais, marque a alternativa correta.

- (A) Aos crimes previstos nesta Lei e aos crimes praticados com violência contra a pessoa idosa, independentemente da pena prevista, não se aplicam os benefícios como a transação penal e a suspensão condicional do processo.
- (B) Há previsão de crimes de ação penal pública condicionada a representação e pública incondicionada.
- (C) Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias não é crime, apesar de antiético.
- (D) Desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa somente será crime se a motivação for a idade avançada.
- (E) Negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho não configura crime, pois é uma natural demanda de mercado.

Noções de Direito Processual e Penal

Renato Pulz

94

Sobre as noções fundamentais do processo penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo penal é um conjunto de normas de direito material que define as infrações penais e suas sanções.
- (B) O processo penal tem como finalidade imediata a aplicação da lei penal ao caso concreto, garantindo o devido processo legal.
- (C) A única finalidade do processo penal é viabilizar a aplicação do direito penal.
- (D) A ação penal é um procedimento administrativo interno do Ministério Público para apurar a ocorrência de infração penal.
- (E) O princípio do devido processo legal é uma construção jurisprudencial, além de estar previsto em tratados internacionais, mas que não tem previsão expressa na Constituição Federal.

95

A autoridade policial tem o chamado poder requisitório, o que permite que, em determinados crimes, possa requisitar informações durante o inquérito policial sob pena do crime de desobediência de quem recusar o fornecimento. A respeito do tema, marque a alternativa correta.

- (A) Em todos os crimes hediondos, o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos.
- (B) Em determinados crimes, o delegado de polícia poderá requisitar, somente de órgãos do poder público, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos.
- (C) A requisição feita pelo delegado de polícia a quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada sobre dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos deverá ser atendida no prazo de 24 horas.
- (D) É necessária a autorização judicial no caso da requisição feita pelo delegado de polícia às empresas da iniciativa privada, sobre dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos.
- (E) Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, independentemente de autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados, como sinais, informações e outros, que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.

96

Sobre o prazo para a realização do inquérito policial, marque a alternativa correta conforme as disposições do código de processo penal.

- (A) O prazo do inquérito policial é de cinco dias, prorrogáveis por igual período se o suspeito estiver preso.
- (B) O inquérito deve ser finalizado em até 30 dias em qualquer caso.
- (C) Quando o indiciado estiver preso, o prazo do inquérito poderá ser prorrogado por até 15 dias.
- (D) O prazo do inquérito policial é improrrogável.
- (E) O prazo do inquérito começa a contar do dia da expedição do mandado de prisão.

97

Sobre as disposições do Código de Processo Penal em relação ao inquérito policial, é correto afirmar que:

- (A) Na fase de inquérito policial, considera-se que o suspeito deve ser ouvido, e não interrogado, mas devem ser observadas as normas processuais relacionadas ao interrogatório judicial.
- (B) O requerimento do ofendido para que o inquérito policial seja instaurado deverá sempre conter a individualização do indiciado ou seus sinais característicos, bem como indicação de testemunhas.
- (C) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o Ministério Público.
- (D) O Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial em qualquer caso.
- (E) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá mais proceder a novas pesquisas.

98

Sobre o tema provas no processo penal, marque a alternativa correta conforme as disposições do Código de Processo Penal.

- (A) No caso de infrações transeuntes, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto.
- (B) Segundo o texto da lei, o início da cadeia de custódia dá-se somente com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.
- (C) É proibida a entrada em locais isolados, bem como a remoção de quaisquer vestígios de locais de crime, antes da liberação por parte do perito responsável, sendo tipificada como crime de desobediência a sua realização.
- (D) De regra, são também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas.
- (E) O interrogatório será constituído de uma única parte, ou seja, sobre os fatos.

99

Sobre o exame de corpo de delito, é correto afirmar:

- (A) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por no mínimo dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.
- (B) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- (C) Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos, mas não a indicação de assistente técnico.
- (D) O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 10 dias, improrrogáveis.
- (E) A autópsia será feita pelo menos doze horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

100

A prisão em flagrante é uma medida cautelar a ser realizada quando do momento do cometimento de um crime, da palavra “flagrare” do latim, que significa “arder” ou “estar em brasa”. Assim, a restrição da liberdade do suspeito tem por objetivo garantir a ordem e segurança dos envolvidos no ato. Sobre a prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.

- (A) A prisão em flagrante somente poderá ocorrer se for no exato momento do cometimento do crime.
- (B) O chamado flagrante próprio é aquele em que o agente é preso quando está cometendo a infração penal ou acaba de cometê-la.
- (C) Em até 48 horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante.
- (D) A comunicação da prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados à família do preso ou à pessoa por ele indicada em até 24 horas.
- (E) Na audiência de custódia, se o juiz verificar que o agente é reincidente ou que integra organização criminosa armada ou milícia, ou que porta arma de fogo de uso restrito, poderá conceder a liberdade provisória, desde que com outras medidas cautelares.

101

Um importante instituto de garantia de direito fundamental no processo penal é a audiência de custódia. Com origem em tratado internacional, atualmente se encontra expressamente prevista no Código de Processo Penal. Sobre o tema, marque a alternativa correta.

- (A) Deve ser realizada no prazo máximo de até 48 horas após a realização da prisão.
- (B) O juiz deverá promover audiência de custódia somente com a presença do acusado e o membro do Ministério Público.
- (C) Nessa audiência, o juiz deverá relaxar a prisão ilegal.
- (D) O juiz também poderá determinar a prisão preventiva de ofício se presentes os requisitos legais.
- (E) A autoridade que deu causa, sem motivação idônea, à não realização da audiência de custódia no prazo estabelecido responderá apenas na esfera administrativa pela omissão.

102

Pedro foi preso quando perseguido pela polícia, logo após ter roubado com uso de arma de fogo um celular de um jovem. A perseguição foi ininterrupta e presenciada por testemunhas. Marque a alternativa que corresponde ao tipo de flagrante que foi realizado, conforme a nomenclatura dada pela doutrina.

- (A) Flagrante próprio.
- (B) Flagrante impróprio.
- (C) Flagrante ficto.
- (D) Flagrante presumido.
- (E) Flagrante forjado.

103

Em uma briga no trânsito, Pedro vê um sujeito agredir com um soco um senhor visivelmente idoso. Diante da situação, Pedro não hesitou, aproveitando-se de seu tamanho e habilidades como ex-lutador, deu voz de prisão ao agressor e o deteve. A polícia militar foi chamada e o agressor foi conduzido à delegacia de polícia. Sobre o caso, é correto afirmar:

- (A) Pedro não podia ter feito a prisão.
- (B) Somente a polícia militar pode fazer a prisão em flagrante.
- (C) O flagrante será considerado ilegal.
- (D) Pedro pode fazer o chamado flagrante facultativo.
- (E) Todo cidadão tem o dever de realizar a prisão em um flagrante de crime.

104

O artigo 312 do Código de Processo Penal traz pressupostos ou fundamentos para a prisão preventiva. Marque a alternativa que não corresponde a um desses pressupostos.

- (A) Garantia da ordem pública.
- (B) Garantia da ordem econômica.
- (C) Por conveniência da instrução criminal.
- (D) Para assegurar a aplicação da lei penal.
- (E) A gravidade em abstrato do crime.

105

Sobre a prisão preventiva, é correto afirmar:

- (A) É cabível para crimes dolosos e culposos com pena superior a quatro anos.
- (B) A prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.
- (C) A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos antigos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.
- (D) Pode ser decretada se o crime envolver somente os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
- (E) Não será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa.

106

Ao ser decretada a prisão preventiva, o órgão emissor da decisão deverá revisar a necessidade de sua manutenção periodicamente, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal. Assinale a alternativa que corresponde a esse prazo determinado pela lei.

- (A) 30 dias.
- (B) 45 dias.
- (C) 60 dias.
- (D) 90 dias.
- (E) 180 dias.

Legislação Aplicada à Polícia Legislativa Federal

Cristiane Capita

107

De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a um dos órgãos da Casa garantir a manutenção da ordem e da disciplina em seus edifícios e áreas adjacentes, sob direção própria e sem interferência de qualquer outro Poder. Nesse contexto, é correto afirmar que essa atribuição é exercida:

- (A) pelo Presidente da Câmara, com auxílio da Corregedoria.
- (B) pela Diretoria-Geral, sob supervisão da Mesa.
- (C) pela Mesa Diretora, sob direção suprema do Presidente.
- (D) pelo Departamento de Polícia Legislativa, vinculado à Corregedoria.
- (E) pelo Corregedor Parlamentar, com autorização da Mesa Diretora.

108

Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, acerca da manutenção da ordem, da disciplina e da segurança nos edifícios da Casa, assinale a alternativa correta.

- (A) O policiamento dos edifícios da Câmara pode ser exercido pela Polícia Federal, sob direção conjunta com o Presidente da Câmara, quando houver risco à segurança institucional.
- (B) O porte de arma nas dependências da Câmara é permitido a qualquer pessoa que possua autorização legal, não havendo necessidade de autorização interna, desde que apresentada a documentação válida aos agentes de segurança.
- (C) Nos casos de flagrante de crime inafiançável cometido por parlamentar nas dependências da Câmara, este deverá ser conduzido diretamente à autoridade judicial, sendo vedada qualquer intervenção da Presidência da Casa.
- (D) Compete privativamente à Mesa da Câmara o policiamento das dependências da Casa, inclusive blocos residenciais funcionais destinados a Deputados, sob a direção suprema do Presidente.
- (E) As pessoas que assistirem às sessões nas galerias só poderão ser retiradas por decisão judicial, sendo vedada a retirada por ato da Presidência da Câmara ou de Comissão.

109

O inquérito instaurado em razão de crime cometido nas dependências da Câmara dos Deputados deve observar determinadas regras procedimentais. A respeito desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito deverá seguir exclusivamente o Código de Processo Penal, sendo vedada a aplicação de regulamentos locais.
- (B) A Câmara dos Deputados não pode requisitar servidores de seus quadros para auxiliar na investigação.
- (C) O escrivão do inquérito deve ser servidor estável da Câmara, designado pela autoridade que o presidir.
- (D) Após concluído, o inquérito deve ser remetido ao Presidente da Câmara, que decidirá sobre o seu arquivamento.
- (E) As diligências e conclusões do inquérito só podem ser compartilhadas com órgãos externos mediante autorização judicial.

110

Quando ocorre um delito nas dependências da Câmara dos Deputados, o procedimento para apuração deve observar regras específicas. Nessa situação, é correto afirmar que o inquérito será presidido:

- (A) pelo Presidente da Câmara, em qualquer hipótese.
- (B) pelo Diretor de Serviços de Segurança, salvo se o indiciado ou preso for Deputado.
- (C) pelo Corregedor Parlamentar, sempre que houver servidor envolvido.
- (D) pela Mesa Diretora, por meio de comissão especialmente designada.
- (E) pela autoridade policial do Distrito Federal, mediante delegação da Câmara.

111

A respeito das atribuições relacionadas à manutenção da ordem, à apuração de delitos e ao controle disciplinar no âmbito da Câmara dos Deputados, assinale a alternativa correta.

- (A) A Mesa é responsável por manter a ordem e a disciplina nos edifícios da Câmara, enquanto o Presidente responde pelas sindicâncias e inquéritos disciplinares contra Deputados.
- (B) O Presidente pode determinar diretamente a instauração de sindicância contra servidor, sem necessidade de manifestação da Corregedoria.
- (C) A Diretoria-Geral tem competência para apurar responsabilidades de Deputados e propor sanções à Mesa Diretora.
- (D) A Corregedoria é o órgão encarregado de instaurar sindicância ou inquérito contra Deputado, mediante requisição do Presidente da Câmara.
- (E) O Corregedor pode instaurar sindicância de ofício, independentemente de requisição do Presidente.

112

A respeito do policiamento das dependências da Câmara dos Deputados, analise as seguintes afirmações e assinale a alternativa correta.

- I – O policiamento dos edifícios e dependências externas da Câmara é de competência exclusiva da Mesa, sob direção do Presidente, sem interferência de qualquer outro Poder.
- II – Caso necessário, a Câmara pode requisitar efetivos da polícia civil e militar do Distrito Federal, que atuarão sob a direção da Mesa.
- III – A direção e execução do policiamento cabem exclusivamente à polícia do Distrito Federal, por se tratar de área sob jurisdição federal.

- (A) Apenas I está correta.
- (B) Apenas I e II estão corretas.
- (C) Apenas II está correta.
- (D) Apenas II e III estão corretas.
- (E) Todas estão corretas.

113

Sobre o porte de armas nas dependências da Câmara dos Deputados, analise as seguintes assertivas:

- I – O porte de armas é permitido exclusivamente aos membros da segurança da Câmara.
- II – O descumprimento da proibição constitui infração disciplinar e contravenção.
- III – O Corregedor possui poderes para revistar e desarmar quem portar arma irregularmente.

Estão certas apenas as assertivas:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

114

Sobre o ingresso e a permanência de pessoas nos edifícios da Câmara dos Deputados, assinale a alternativa correta.

- (A) O ingresso é livre a qualquer cidadão, independentemente de identificação.
- (B) É vedada a permanência de visitantes nas dependências da Câmara durante o expediente.
- (C) Qualquer pessoa devidamente trajada e identificada pode ingressar na Câmara durante o expediente e assistir às sessões nas galerias.
- (D) A entrada no edifício principal é restrita apenas a servidores e parlamentares.
- (E) Visitantes que se comportarem de forma inconveniente poderão permanecer no local se autorizados pelo Presidente.

115

Durante uma sessão solene na Câmara dos Deputados, um visitante causa tumulto nas galerias, gritando palavras ofensivas e se recusando a deixar o local, mesmo após advertência verbal de um servidor da segurança. Considerando o Regimento Interno, assinale a medida correta a ser adotada.

- (A) O visitante deverá ser retirado imediatamente das dependências da Câmara, por determinação do Presidente da Câmara ou do presidente da Comissão.
- (B) O visitante só poderá ser retirado mediante ordem judicial, já que se encontra em espaço público.
- (C) A retirada depende de deliberação da Mesa Diretora, com quórum de maioria simples.
- (D) A segurança deve apenas registrar a ocorrência e encaminhar o caso à Corregedoria.
- (E) O visitante poderá permanecer nas galerias se pedir desculpas publicamente.

116

Durante o recesso parlamentar, um servidor terceirizado que atua na segurança contratada da Câmara dos Deputados portava arma de fogo fora das condições autorizadas pela Mesa. A equipe da Polícia Legislativa foi acionada e conduziu o caso ao Corregedor Parlamentar, que determinou a instauração de inquérito interno para apurar responsabilidades. Com base no Regimento Interno, é correto afirmar que:

- (A) O Corregedor não tem competência para presidir inquéritos internos, atribuição exclusiva do Diretor de Serviços de Segurança.
- (B) O Corregedor só pode presidir inquérito quando o investigado for Deputado.
- (C) O Corregedor pode presidir inquérito se designado pela Mesa, independentemente da condição do investigado.
- (D) O Corregedor atua apenas mediante requisição do Presidente da Câmara, quando se tratar de Deputado envolvido.
- (E) A competência do Corregedor limita-se à supervisão do porte de armas, sem poderes para determinar instauração de inquérito.

117

É vedado o exercício de qualquer atividade comercial nas dependências da Câmara dos Deputados, ressalvada hipótese específica prevista no Regimento Interno. Nessa situação, é correto afirmar que:

- (A) O comércio interno é proibido em qualquer circunstância, sem exceções.
- (B) O exercício de comércio é permitido apenas mediante autorização expressa da Mesa Diretora.
- (C) O Presidente da Câmara pode autorizar o funcionamento de estabelecimentos comerciais de forma autônoma.
- (D) A Diretoria-Geral decide sobre as permissões de comércio por delegação da Mesa.
- (E) O comércio é permitido a servidores e parlamentares, desde que temporário e sem fins lucrativos.

Segurança Institucional

Marcos Girão

118

Sobre o uso de equipamentos de proteção e armamento para a segurança de dignatários, é correto afirmar que:

- (A) A utilização de armamento pesado e de longo alcance deve ser evitada em qualquer circunstância, pois a segurança de um dignatário deve priorizar a discrição e não a presença de armamento visível.
- (B) O armamento utilizado para proteção de dignatários deve ser limitado a pistolas de pequeno porte, já que essas são as mais eficazes em situações de combate corpo a corpo, que são as mais frequentes.
- (C) Equipamentos de proteção, como coletes à prova de balas e veículos blindados, devem ser usados apenas em situações de risco extremo, desconsiderando seu uso em deslocamentos e eventos de baixo risco.
- (D) A segurança de dignatários exige a utilização de uma combinação de armamento e equipamentos de proteção, como coletes balísticos, veículos blindados e sistemas de comunicação avançados, para lidar com ameaças de diversos níveis e tipos.
- (E) Equipamentos de segurança, como coletes à prova de balas, são desnecessários quando o dignatário está acompanhado de uma grande equipe de segurança pessoal, já que o número de agentes é suficiente para garantir sua proteção.

119

Durante uma sessão noturna no Plenário, ocorre um curto-circuito em uma luminária de palco, que cai sobre a cortina cenográfica, dando início a um foco de incêndio. Um policial legislativo, próximo ao local, visualiza três fontes distintas de propagação:

- (I) o tecido da cortina e parte do carpete em chamas;
- (II) a fiação elétrica energizada com faiscamento ativo;
- (III) o reservatório de álcool utilizado por técnicos para limpeza de lentes e microfones.

Considerando as classes de fogo e os agentes extintores adequados a cada tipo, assinale a alternativa que indica a sequência correta de agentes que o policial deve empregar em cada foco, de modo a conter o incêndio com segurança e eficiência.

- (A) Água pulverizada nos tecidos; CO₂ na fiação; espuma mecânica no álcool.
- (B) Espuma mecânica nas cortinas; pó químico seco (PQS) na fiação; CO₂ no álcool.
- (C) CO₂ nos tecidos; água pulverizada na fiação; espuma mecânica no álcool.
- (D) Pó químico seco (PQS) nos tecidos; CO₂ na fiação; água no álcool.
- (E) Espuma mecânica nos tecidos; CO₂ na fiação; pó químico seco (PQS) no álcool.

120

Um policial legislativo federal da Câmara dos Deputados foi agredido por um indivíduo durante uma abordagem de rotina. O indivíduo, demonstrando comportamento agressivo, desferiu um empurrão contra o policial, que possui treinamento em artes marciais para defesa pessoal. Diante da situação, analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa que traz os itens corretos.

- I – O uso de técnicas de artes marciais deve ser proporcional à agressão sofrida. O policial poderá ser responsabilizado, nos termos do Código Penal, por excesso doloso ou culposo no uso dessas técnicas.
- II – O policial deve responder à agressão com força e rigor, utilizando golpes para intimidar o agressor.
- III – Diante da agressão física, o policial deve utilizar técnicas de imobilização, observando o uso progressivo e seletivo da força para conter o indivíduo.
- IV – O policial pode utilizar técnicas de artes marciais e aplicar golpes em qualquer parte do corpo do agressor para contê-lo.
- V – O empurrão não configura agressão ilícita. O policial deve buscar o diálogo para repreender o indivíduo.

- (A) I, IV e V.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) IV e V.
- (E) III, IV e V.

121

Durante um exercício de qualificação anual no estande da Polícia Legislativa Federal, um agente experiente, fazendo tiro de pistola em posição de pé com apoio instável (simulando contingência operacional), nota que seus disparos estão sistematicamente desviando para a esquerda do centro da zona visada. O instrutor observa que a empunhadura parece correta, mas o atirador pressiona o gatilho de maneira abrupta. Considerando os fundamentos do tiro (posição, empunhadura, alinhamento de miras, visada, respiração, controle do gatilho e *follow-through*), a conduta mais técnica e imediata para corrigir o desvio e recuperar a precisão é:

- (A) Fechar o olho não dominante para melhorar a concentração e, ao disparar, aplicar uma pressão rápida e decisiva no gatilho para “surpreender” o recuo.
- (B) Manter o alinhamento das miras (*front sight* centrado e nivelado com o *notch* da mira traseira), focar o olhar no alvo (visada), controlar a respiração na pausa natural, e acionar o gatilho com pressão contínua, suave e retilínea, mantendo o *follow-through*.
- (C) Deslocar a empunhadura — puxando a arma levemente para a direita antes do disparo — de modo a compensar o desvio observado nos disparos anteriores.
- (D) Aumentar a pressão da empunhadura com a mão dominante e apertar o gatilho rapidamente no início da expiração para sincronizar com o efeito do recuo.
- (E) Apoiar a coronha da pistola contra o peito (ou abdome), adotar respiração ofegante e mirar apenas com o ponto frontal (*front-sight*), ignorando a mira traseira para acelerar a aquisição do alvo em ambiente operacional.

122

Durante patrulhamento de rotina nas imediações da Esplanada dos Ministérios, Armando Sempre, Policial Legislativo Federal, presencia um acidente automobilístico envolvendo dois veículos. Após sinalizar o local, garantir a segurança da cena e constatar a ausência de riscos imediatos (como vazamento de combustível ou incêndio), ele encontra uma vítima inconsciente dentro de um dos automóveis, presa ao cinto de segurança. Mesmo após chamados verbais e leves estímulos táteis, a vítima não responde.

Considerando os procedimentos básicos de primeiros socorros, a conduta correta a ser adotada por Armando é:

- (A) continuar tentando despertar a vítima com leves toques e pequenas agitações, insistindo até obter resposta motora.
- (B) remover imediatamente a vítima do veículo, deitando-a sobre o solo para avaliar melhor sua respiração e pulso.
- (C) remover a vítima e transportá-la no veículo policial até o hospital mais próximo, garantindo atendimento rápido.

- (D) acionar o serviço de emergência (192 ou 193), informar a situação e seguir rigorosamente as orientações recebidas, mantendo a vítima no veículo, imóvel e sob vigilância constante.
- (E) reclinar o banco do veículo e afrouxar o cinto de segurança, posicionando a vítima de forma mais confortável enquanto aguarda socorro.

123

Durante uma operação de varredura preventiva no Plenário da Câmara dos Deputados, uma equipe da Polícia Legislativa Federal é dividida em três duplas com funções distintas: varredura técnica, perímetro externo e controle de acesso. Durante a execução, um dos agentes da dupla responsável pela varredura, mais experiente, decide alterar o itinerário previamente definido, sem comunicar o coordenador da equipe, alegando “autonomia operacional” e “maior eficiência”. Essa atitude causa descompasso na cobertura, atrasando a verificação do setor C, que já havia sido declarado limpo por outra dupla.

À luz dos princípios que regem o trabalho em equipe no contexto de segurança institucional, a conduta do agente:

- (A) revela iniciativa e proatividade, características valorizadas em equipes táticas, já que a hierarquia deve ceder espaço à liberdade de decisão em campo.
- (B) é justificável, pois o agente mais experiente deve assumir naturalmente a liderança tática, mesmo sem autorização formal, em nome da eficiência.
- (C) compromete o princípio da unidade de comando e da comunicação integrada, fragilizando a coesão da equipe e o alcance dos objetivos operacionais.
- (D) demonstra liderança situacional positiva, uma vez que o agente buscou maior cobertura de área, mesmo com pequeno prejuízo de sincronização.
- (E) é aceitável em operações de baixo risco, desde que o agente reporte suas decisões após a ação, para fins de registro e aprendizado coletivo.

124

Durante o plantão noturno no Anexo II da Câmara dos Deputados, agentes da Polícia Legislativa Federal foram acionados após o disparo de alarme no almoxarifado central. Ao chegar ao local, os policiais encontram um funcionário terceirizado que havia retirado, sem autorização, diversos equipamentos eletrônicos, colocando-os no interior de seu veículo. Questionado, o homem afirmou que “pretendia apenas vendê-los temporariamente para quitar dívidas e, depois, recomprar para devolver ao setor”. Na vistoria, verificou-se que não houve emprego de violência, nem rompimento de obstáculo, e que o acesso ao local ocorreu mediante uso regular do crachá funcional, fora do expediente.

À luz do Código Penal brasileiro, a conduta do funcionário configura o crime de:

- (A) furto qualificado, em razão da violação de local sob vigilância eletrônica.
- (B) apropriação indébita, já que o agente detinha a posse legítima dos bens quando decidiu destiná-los a uso próprio.
- (C) roubo simples, pois houve subtração de coisa alheia móvel com intuito de obter vantagem indevida.
- (D) estelionato, uma vez que o agente se utilizou de meio fraudulento para induzir a empresa em erro e obter a posse dos objetos.
- (E) furto simples, pois houve subtração de coisa alheia móvel sem violência, rompimento de obstáculo ou fraude.

125

Durante uma solenidade oficial no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, uma equipe da Polícia Legislativa Federal é acionada para garantir a segurança do evento, que conta com a presença do Presidente da Casa e de autoridades estrangeiras. O supervisor da equipe orienta que, além da segurança do recinto e das autoridades, sejam observadas as competências institucionais da Polícia Legislativa Federal, a fim de que nenhuma atuação extrapole os limites definidos pela norma de regência da instituição.

Com base na Resolução n. 18/2003, é correto afirmar que integra o rol das atividades típicas da Polícia da Câmara dos Deputados:

- (A) A segurança de autoridades estrangeiras em visita oficial, desde que previamente determinada pelo Presidente da Câmara dos Deputados.
- (B) A proteção das residências particulares de Deputados Federais, sempre que houver solicitação individual, independentemente de ato da Mesa Diretora.
- (C) O policiamento ostensivo nas dependências do Congresso Nacional, sob a direção da Polícia Federal, mediante convênio administrativo.

(D) A investigação de qualquer infração penal praticada no Distrito Federal, quando envolver servidor público federal.

(E) A execução de segurança pessoal de parlamentares estaduais e distritais em missão oficial em Brasília, mediante autorização do Comando da Polícia Militar do DF.

126

Durante uma madrugada de recesso parlamentar, a Central de Monitoramento do Departamento de Polícia Legislativa Federal detecta alerta sequencial em sensores infravermelhos passivos (IVP) posicionados no acesso lateral do Anexo II, seguido de alarme setorizado no perímetro e de imagem intermitente em uma das câmeras do sistema de CFTV. A equipe de plantão é acionada e, ao chegar ao local, constata que não houve violação da cerca elétrica nem evidências de invasão física. O supervisor suspeita de falso positivo decorrente de interferência ambiental.

Com base em princípios de segurança eletrônica aplicada, a análise técnica mais adequada da ocorrência é:

- (A) Os sensores infravermelhos passivos são imunes a variações térmicas, o que descarta interferência climática; logo, o evento indica falha no sistema de alarme e requer substituição imediata dos sensores.
- (B) A ausência de violação da cerca elétrica e de imagens conclusivas no CFTV indica que o sistema está comprometido por falha simultânea de hardware, o que exige desligamento total e reinicialização da central.
- (C) O disparo pode ter sido provocado por variação de temperatura, movimento de animais ou reflexos de luz, devendo a equipe verificar o ajuste de sensibilidade e o alinhamento dos sensores infravermelhos.
- (D) O alarme foi corretamente ativado pelo sistema de CFTV, que detecta variação de temperatura por meio de análise de imagem térmica, razão pela qual não há necessidade de verificação física.
- (E) O evento caracteriza falha humana no monitoramento, uma vez que os sistemas eletrônicos de segurança não produzem alarmes sem violação física real.

127

Durante um evento de grande porte realizado no Salão Verde da Câmara dos Deputados, um grupo de visitantes começa a promover tumulto e a desrespeitar as determinações de servidores da Casa. O Coordenador de Segurança aciona a Polícia Legislativa Federal, que comparece ao local e contém a situação sem necessidade de uso da força. Posteriormente, questiona-se a quem cabe, regimentalmente, a competência para garantir a ordem e a segurança nas dependências da Câmara dos Deputados, inclusive em suas áreas externas.

À luz do Capítulo III do Título IX do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, é correto afirmar que:

- (A) A segurança interna e externa da Câmara é responsabilidade da Polícia Federal, mediante convênio administrativo firmado com a Diretoria-Geral.
- (B) Compete à Polícia Legislativa Federal da Câmara dos Deputados manter a ordem e a segurança nas dependências da Casa, subordinada diretamente à Mesa Diretora, por intermédio da Diretoria-Geral.
- (C) A segurança da Câmara é de responsabilidade da Polícia Militar do Distrito Federal, cabendo à Polícia Legislativa apenas o apoio técnico e a guarda patrimonial.
- (D) A preservação da ordem e da disciplina na Câmara compete exclusivamente à Corregedoria Parlamentar, com apoio eventual da Polícia Legislativa.
- (E) As atividades de segurança física e institucional da Câmara são exercidas pela Secretaria-Geral da Mesa, sob orientação do Presidente, independentemente de coordenação com a Polícia Legislativa.

128

Durante uma ronda de rotina no estacionamento do Anexo IV da Câmara dos Deputados, uma equipe da Polícia Legislativa Federal observa um indivíduo em atitude suspeita próximo a veículos oficiais. Diante da situação, o supervisor decide realizar abordagem pessoal seguindo os protocolos de segurança policial.

Com base nos princípios e fases da abordagem pessoal, avalie as afirmativas a seguir:

- I – Antes de qualquer aproximação, o policial deve observar atentamente o comportamento do suspeito e o ambiente ao redor, buscando dominar a situação mentalmente — princípio da ação vigorosa.
- II – A fase de verbalização deve anteceder o contato físico, com comandos claros, objetivos e firmes, para induzir o abordado à obediência e avaliar sua reação.
- III – O policial deve reduzir a distância tática o mais rápido possível, aproximando-se frontalmente, a fim de demonstrar autoridade e evitar fuga.

IV – Durante a busca pessoal, o policial deve manter o posicionamento tático frontal ou diagonal em relação ao abordado, garantindo ângulo de segurança.

V – A segurança do local e da equipe é princípio anterior à abordagem propriamente dita — devendo-se observar o perímetro, possíveis cúmplices e rotas de evasão.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- (A) I, II e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, II e IV.

Direito Administrativo

Maria Júlia

129

Nos termos da Lei n. 8.112/1990, é considerado servidor público:

- (A) toda pessoa que presta serviço à Administração, mediante contrato de trabalho, ainda que sem concurso.
- (B) pessoa legalmente investida em cargo público.
- (C) pessoa que exerce função pública de forma temporária, mediante designação.
- (D) agente público nomeado para função de confiança, ainda que sem vínculo efetivo.
- (E) qualquer indivíduo que exerça função pública, independentemente de vínculo jurídico.

130

Servidor aposentado por invalidez teve, por junta médica oficial, declarada insubsistência dos motivos da aposentadoria. O cargo encontra-se provido por outro servidor. À luz da Lei n. 8.112/1990, assinale a alternativa correta quanto à modalidade de provimento e à situação funcional até a abertura de vaga.

- (A) Reversão; o servidor exerce as atribuições como excedente até a ocorrência de vaga.
- (B) Reintegração; o atual ocupante é obrigatoriamente exonerado.
- (C) Recondição; o servidor retorna ao cargo originário com ressarcimento de vantagens.
- (D) Aproveitamento; o servidor é posto em disponibilidade até surgir vaga.
- (E) Readaptação; o servidor assume cargo afim com redução de atribuições.

131

Considere as assertivas, conforme a Lei n. 8.112/1990:

- I – A posse ocorrerá no prazo de 30 dias contados da publicação do ato de provimento.
- II – A posse pode dar-se mediante procuração específica.
- III – No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo/emprego/função pública.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

132

Carlos, servidor estável, foi demitido em PAD. Anos depois, decisão judicial transitada em julgado invalidou a demissão, determinando seu retorno ao cargo. Constatou-se que o cargo está provido por Fernanda, que o ocupava regularmente.

À luz da Lei n. 8.112/1990, assinale a modalidade de provimento aplicável à situação de Carlos.

- (A) Reversão.
- (B) Readaptação.
- (C) Aproveitamento.
- (D) Reintegração.
- (E) Recondição.

133

João, servidor público federal, exerce atividades no período das 22h às 5h, realizando, eventualmente, horas extras nesse mesmo intervalo. Diante disso, estudou as normas da Lei n. 8.112/1990 sobre adicionais e serviço extraordinário.

Analisar as afirmativas e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa:

- () O adicional noturno é de 25% sobre o valor-hora do serviço prestado entre 22h e 5h.
- () Cada hora noturna é computada como 60 minutos.
- () O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% sobre a hora normal.

Assinale a sequência correta.

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) V – F – F.

134

Laura, servidora federal, solicitou remoção para acompanhar seu cônjuge, também servidor público, deslocado no interesse da Administração. Já Marcos, servidor do mesmo órgão, foi deslocado de ofício para outro órgão do mesmo Poder, por necessidade de serviço.

Considerando as disposições legais, assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa:

- () A remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, dentro do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- () A remoção para acompanhar cônjuge deslocado no interesse da Administração independe do interesse do órgão de origem.
- () A redistribuição é o deslocamento de cargo efetivo, ocupado ou vago, entre órgãos de Poderes distintos.

Assinale a sequência correta.

- (A) V – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – F – V.
- (E) V – V – V.

135

Um servidor foi punido com advertência em 2020 e voltou a cometer infração semelhante em 2023. Em 2025, nova infração leve foi apurada. Considerando os prazos da Lei n. 8.112/1990, é correto afirmar que:

- (A) A reincidência de 2023 autoriza aplicação de suspensão.
- (B) A prescrição da advertência ocorre em 180 dias.
- (C) Após 3 anos de efetivo exercício, a advertência é automaticamente cancelada.
- (D) As penalidades não se cancelam, apenas perdem eficácia moral.
- (E) A advertência é convertida em multa se houver reincidência.

136

Servidor público foi responsabilizado administrativamente por ato que também constitui crime. No processo criminal, foi absolvido por negativa de autoria.

À luz da Lei n. 8.112/1990, essa absolvição:

- (A) não interfere na responsabilidade administrativa.
- (B) afasta a responsabilidade administrativa, por negar a autoria do fato.
- (C) impede apenas a responsabilidade civil.
- (D) implica suspensão do processo administrativo.
- (E) depende de decisão judicial transitada em julgado.

137

Em certa repartição, instaurou-se sindicância para apurar extravio eventual de bens de consumo e supostas ordens de favorecimento a fornecedor. Ao final, cogita-se aplicar pena e/ou instaurar PAD. Sobre os efeitos e prazos da sindicância, assinale a opção correta.

- (A) Da sindicância só pode resultar arquivamento; qualquer penalidade exige PAD.
- (B) Da sindicância pode resultar arquivamento, advertência ou suspensão de até 30 dias, bem como a instauração de PAD; seu prazo é de até 30 dias, prorrogável uma vez por igual período.
- (C) A sindicância tem prazo máximo de 60 dias, improrrogável, e nunca pode propor PAD.
- (D) Sempre que o fato puder resultar suspensão de até 30 dias, a instauração de PAD é obrigatória.
- (E) A sindicância não pode ser utilizada quando a infração em tese é punível com demissão; neste caso deve-se arquivar e instaurar inquérito policial.

138

No órgão X, pretende-se compor comissão processante com dois servidores estáveis e um terceiro temporário, e nomear como secretário um terceirizado. O presidente seria parente por afinidade de 2º grau do indiciado. À luz da lei, assinale a alternativa correta.

- (A) A comissão deve ter três servidores estáveis, e o presidente precisa ter cargo efetivo de nível igual/superior ao do indiciado; cônjuge/parentes até 3º grau não podem integrar; o secretário pode ser servidor designado, inclusive um dos membros.
- (B) É válida a composição com dois estáveis e um temporário, desde que o presidente não seja parente consanguíneo.
- (C) O cargo do presidente é irrelevante; basta ser servidor.
- (D) É possível que o secretário seja empregado terceirizado, pois não integra a comissão.
- (E) Somente dois membros precisam ser estáveis, porque o secretário supre o terceiro.

139

Servidor desaparece em missão de segurança. É concedida pensão provisória por morte presumida. Cinco anos após o início do benefício, sem reaparecimento do servidor, e sem prova de invalidez de dependentes, pergunta-se: à luz do art. 221, a pensão

- (A) converte-se automaticamente em vitalícia para quaisquer dependentes.
- (B) converte-se em vitalícia ou temporária, conforme o caso, respeitadas as regras gerais de duração e cancelamento, salvo reaparecimento.
- (C) extingue-se necessariamente após 5 anos.
- (D) exige novo processo judicial para conversão.
- (E) mantém-se provisória até decisão judicial declaratória da morte.

140

Carla, servidora pública federal, descobriu estar grávida de oito meses e solicitou licença à gestante. Seu colega Rafael, também servidor, obteve guarda judicial de uma criança de 2 anos.

Com base na Lei n. 8.112/1990 (arts. 207 a 210), assinale a alternativa correta.

- (A) Carla terá direito a 120 dias de licença, com início apenas após o parto.
- (B) Carla poderá iniciar a licença no primeiro dia do nono mês de gestação, e terá direito a 120 dias consecutivos, com remuneração integral.
- (C) Rafael terá direito à licença remunerada de 90 dias, por se tratar de adoção, independentemente da idade da criança.
- (D) Rafael terá direito a 5 dias de licença, aplicando-se a mesma regra da licença-paternidade.
- (E) Se Carla sofrer aborto atestado por médico oficial, não terá direito a repouso remunerado.

Discursiva

Rafael de Oliveira

De acordo com o *Atlas da Violência (2019)*, o Brasil registra uma média alarmante de **13 mulheres assassinadas por dia**, sendo a maioria das vítimas morta por seus companheiros ou ex-companheiros, em situações de contexto doméstico e afetivo. Esses dados revelam não apenas a gravidade do feminicídio, mas também a persistência de uma **cultura patriarcal e autoritária**, historicamente enraizada na sociedade brasileira, que naturaliza a desigualdade de gênero e a violência contra a mulher. Tal realidade impõe sérios desafios ao Estado e à sociedade no cumprimento dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade material entre homens e mulheres.

Com base no texto apresentado, redija um texto dissertativo, em até 30 linhas, abordando o seguinte tema:

Analise a violência de gênero no Brasil como reflexo de um passado autoritário e patriarcal, discutindo os mecanismos jurídicos e sociais existentes para o enfrentamento dessa realidade, bem como os desafios para a efetivação dos direitos das mulheres no contexto atual.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



2º Simulado
Câmara dos Deputados
Técnico Legislativo – Policial Legislativo Federal (Pré-Edital)

FOLHA DE RESPOSTAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140

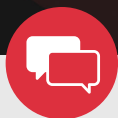


SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

E, com **mais de 3 milhões de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com 100% das questões comentadas, para que você assimile melhor o conteúdo!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despensa nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!